



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Ata da Sessão Ordinária de 17 de setembro de 2018

Aos dezassete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal na Sala das Sessões nos Paços do Concelho.

PRESENTES: Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; Maria da Graça Sousa Raimundo Azevedo Laranjeira Vaz; André Sérgio Navarro de Noronha; Maria Cecília Pinto da Silva de Sampaio em substituição do Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro; Fernando Miguel Pinho de Faria Bravo, em substituição do Senhor Deputado Pedro Miguel de Azeredo Duarte; Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria; Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes; Maria José Rocha Espinheira; Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso, em substituição do Senhor Deputado Tiago Serrano Correia de Lacerda; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Artur Jorge da Silva Braga, em substituição do Senhor Deputado Gustavo Rodrigues Pimenta; Alberto Nuno Bragança de Assunção de Araújo Lima; Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce Leão; Pedro Luís da Rocha Baptista; Rodrigo Vieira de Oliveira; José de Magalhães Gagliardini Graça, em substituição do Senhor Deputado Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Patrícia Monte Pinto Ribeiro Faro; Mariana Ferreira Ribeiro Macedo; Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Paulo Jorge Lopes Teixeira; Pedro Braga de Carvalho; Maria Francisca de Castro Ribeiro Pereira da Silva, em substituição do Senhor Deputado Belmiro Guimarães Pinheiro de Magalhães; Hugo Filipe Carvalho Teixeira Monteiro, em substituição do Senhor Deputado Pedro Miguel Cardoso Lourenço; José António de Abreu Gonçalves Seródio; Rui Carlos Morais Lage; Luís Miguel Bonifácio Osório; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Cláudia Sofia da Costa Santos; Diogo Miguel de Sá Meireles; Beblana Maria Ribeiro da Cunha; António David dos Santos Ribeiro; Alfredo dos Santos Fontinha; Francisco Artur Pires de Carvalho Carrapatoso; Maria José Pinto de Mesquita de Vasconcelos e Sousa de Lacerda; Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; Serafim Ferreira Nunes; Eduardo Manuel Neves Oliveira Carqueja; Joel Francisco Pontes de Oliveira;



Os Presidentes das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia: Junta de Freguesia do Bonfim, José Manuel da Fonseca Carvalho; Junta de Freguesia de Campanhã, Filipe Jorge Coelho da Silva Oliveira, em substituição do Senhor Presidente de Freguesia de Campanhã, Ernesto Fortunato Neves dos Santos; Junta de Freguesia de Paranhos, Paulo José Ferreira Cardoso, em substituição do Senhor Presidente da Junta de Paranhos, Amaro Guedes Machado; Junta de Freguesia de Ramalde, António Castanheira Fernandes Gouveia; União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Nuno Raposo de Magalhães Ortigão de Oliveira; União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, António José Gonçalves Fonseca; União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Verificando-se a existência de quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** declarou aberta a sessão, dando início ao Período Antes da Ordem do Dia.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

– **Ata da Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2018.**

Aprovada, por unanimidade.

– **Ata da Sessão Extraordinária de 19 de março de 2018.**

Aprovada, por maioria, com 2 abstenções.

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** informou da existência de um Voto de Pesar subscrito pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.

A **Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE)** apresentou o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António Alves Vieira.



A Senhora Deputada Beblana Cunha (PAN) disse que: "O nosso Grupo Municipal gostaria de se associar a este Voto de Pesar e expressar as nossas condolências".

Aprovado, por maioria, com 2 abstenções dos Senhores Deputados José de Magalhães Gagliardini Graça (RM) e Paulo Jorge Teixeira (RM).

Foi cumprido um minuto de silêncio.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite deu início ao Período Antes da Ordem do Dia para apresentação das propostas de recomendação e das moções dos Grupos Municipais.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Propostas do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária

• Proposta de Recomendação sobre Conselho Municipal de Segurança.

A Senhora Deputada Joana Rodrigues (CDU) deu conta que: "Considerando que o Conselho Municipal de Segurança do Município do Porto tem por objetivos, de acordo com o art.º 2.º do Regulamento, contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área do município, através da consulta a todas as entidades que o constituem; formular propostas de solução para os problemas de marginalidade e segurança dos cidadãos do Porto; participar em ações de prevenção; promover a discussão sobre medidas de combate à criminalidade e à exclusão social na área do município; aprovar pareceres e solicitações diretamente relacionados com questões de segurança e inserção social e remetê-los a todas as entidades que julgue convenientes; e proceder à avaliação dos dados relativos ao crime de violência doméstica. E tendo ainda em conta os diversos instrumentos nacionais para o combate à violência doméstica, nomeadamente os planos nacionais de prevenção e combate à violência doméstica e de género, apresentar propostas de ações que contribuam para a prevenção e diminuição deste crime; avaliar os números da sinistralidade rodoviária e, de acordo com a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária, formular propostas para a realiza-



ção de ações que possam contribuir para a redução dos números de acidentes rodoviários no Município.

Tendo em conta que fazem parte do Conselho Municipal de Segurança cinco cidadãos de reconhecida idoneidade a designar pela Assembleia Municipal, de acordo com o n.º 1 do art.º 4.º do próprio Regulamento, e tendo em conta também que a prática da Assembleia Municipal tem sido a de cada força política nela representada indicar um dos cidadãos antes referidos, atualmente e na sequência dos resultados das eleições de 1 de outubro de 2017, há representantes de 6 forças políticas na Assembleia Municipal do Porto. Ora, como o mandato dos membros do Conselho designados pela Assembleia Municipal cessa com o fim do mandato da Assembleia Municipal que os designa, devendo porém, manter-se em funções até à sua recondução ou substituição, acontece que há mais de um ano que não se realizam reuniões do Conselho Municipal de Segurança, tendo chegado à Assembleia Municipal do Porto, através das suas reuniões ou dos contactos com as populações, efetuados pelos Deputados Municipais, relatos sobre diversas situações de insegurança, designadamente relacionadas com o tráfico e consumo de drogas.

Assim, a Assembleia Municipal do Porto, reunida no dia 17 de setembro de 2018, delibera recomendar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto a imediata convocatória de uma reunião do Conselho Municipal de Segurança e também a adoção das medidas necessárias à alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, adequando a sua composição à atual realidade da Assembleia Municipal bem como a eventuais alterações legislativas que necessitem ser plasmadas no mesmo”.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) referiu que: “A questão da minha intervenção é mais uma aparente dessintonia entre as premissas e a conclusão. Dir-se-ia que, quando se pede uma imediata convocação da Assembleia, nos considerandos, se percebe qual é a razão do imediato e, olhando para os considerandos, eu diria que nenhum destes propósitos está posto em causa por causa da composição que o órgão tem. Não é por estar mais um ou menos um que todos estes fins, estas atribuições, estão postos em causa e o imediato parece que é uma questão de uma urgência intransponível.

Nós viabilizamos as reuniões e as convocações que os Senhores queiram, concordamos que todos os órgãos que existem devem reunir regularmente, nos termos estatutá-



rios, mas o que me parece é que esta iniciativa da convocação podia ser tomada pelo membro da CDU que está nesse órgão, no âmbito do próprio órgão, requerendo ao seu Presidente a convocação, não sendo necessário, parece-me, e desculpem a franqueza, pedir à Assembleia Municipal que recomende ao Senhor Presidente da Câmara que convoque. Há maneiras mais expeditas de chegar ao mesmo resultado, com mais eficiência e talvez com menos espalhafato.

Portanto, querem fazer uma reunião? Fazem-se as reuniões que forem precisas, viabilizamos todas as propostas, não queremos é deixar passar em claro que não há, a nosso ver, esta urgência, porque o membro que lá falta, e isto tudo é porque há um membro do PAN que não tem lá assento, não se pronunciou.

Portanto, sinceramente, não percebo de onde é que isto sai”.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) declarou que: “Nós acompanharemos naturalmente esta proposta, mesmo porque, em sede de reunião da Comissão de Apoio à Mesa, já tínhamos chamado a atenção para o facto de no Regulamento existente estarem indicados cinco representantes quando agora temos seis forças políticas, mas o tempo foi passando e isto não se resolveu.

Não vinha propriamente responder, mas dizer que considerarmos que de facto há urgência, porque o Conselho Municipal de Segurança é um instrumento, um mecanismo, um espaço que garante os direitos sociais na cidade, e que devemos pensá-lo enquanto tal e não numa perspetiva securitária.

Quando se fala aqui na prevenção e combate à violência doméstica, podemos ter a certeza de que há urgência. Quando se fala aqui da questão da segurança na cidade, quando se fala de ações de prevenção, quando podemos pensar naquilo que está a passar-se do ponto de vista do tráfico há uma série de questões que merecem um olhar contínuo que não tem havido.

Acrescentar ainda, relativamente à intervenção anterior, que o órgão não tem membros ainda porque este é um novo mandato e eles ainda não foram indicados. Portanto, o membro da CDU que devia estar lá, tanto quanto eu posso perceber, não está ainda, porque ainda não nos foi pedido a indicação dos representantes dos Grupos Políticos, ou seja, isso ainda não está resolvido.



Por todas estas razões acompanhamos esta proposta e achamos que se a Câmara puder agilizar a realização desta primeira reunião para se avançar com os trabalhos, será benéfico para a cidade”.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) considerou que: “O Senhor Deputado André Noronha está a tentar pôr isto ao contrário, porque o que diz o Regulamento é que o Conselho Municipal de Segurança reúne ordinariamente de três em três meses, por convocatória do Senhor Presidente da Câmara, podendo depois, naturalmente, haver reuniões extraordinárias.

O que sucede é que já passou praticamente um ano e o Senhor Presidente da Câmara ainda não convocou nenhuma reunião ordinária do Conselho Municipal de Segurança, ao abrigo das disposições regulamentares, e daí nós fazermos esta proposta, nós achamos que é importante haver esta reunião, porque há uma série de aspetos que nos importa analisar. Na última sessão da Assembleia Municipal tivemos aqui um relato duma situação de droga no Bairro da Sé, situações que temos também acompanhado em visitas, mas hoje objetivamente esta Assembleia é diferente e, portanto, se há um acordo tácito da Assembleia Municipal que impõe haver um representante de cada força partidária Conselho Municipal de Segurança deve ser feita uma alteração ao Regulamento. Ora, a alteração ao Regulamento é uma tramitação que ainda demorará algum tempo, por isso pedimos uma reunião imediata e entretanto, altera-se o Regulamento.

É apenas tão simples como isso, não compete aos Membros da Assembleia convocar o Conselho Municipal de Segurança, podendo fazê-lo, mas o facto é que num ano nenhuma das reuniões ordinárias, de três em três meses, foi convocada”.

Aprovada, por unanimidade.

• **Proposta de Recomendação sobre alojamento de estudantes do ensino superior.**

A Senhora Deputada Maria Francisca Silva (CDU) salientou que: “Considerando que, de acordo com os dados mais recentes divulgados pelo Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, a nível nacional mais de 42,3% dos estudantes do ensino supe-



rior estão deslocados, sendo que a oferta de alojamento público para os mesmos não ultrapassa 13% das necessidades, ou seja, existem apenas 15.370 camas para mais de 110.000 estudantes deslocados, e que, de acordo com o Presidente da FAP, nas Instituições do Ensino Superior Público do Porto há cerca de 23.000 estudantes deslocados e uma oferta de apenas 1.300 camas, das quais cerca de 100 estarão inoperacionais, o que significa que há um rácio de oferta de cerca de 6% inferior a metade do rácio nacional. Considerando, ainda, que, por força do crescimento turístico registado na cidade do Porto em que se tem assistido a uma subida vertiginosa dos preços praticados no arrendamento dos quartos e casas, que aponta num estudo do próprio Governo para valores de 450 euros por mês e por quarto, situação que decorre também do desvio de alojamento que tradicionalmente era alugado a estudantes para a mais lucrativa atividade de alojamento para turistas, essa situação faz com que objetivamente muitos estudantes colocados em estabelecimentos de ensino superior da cidade, designadamente aqueles que são provenientes de famílias economicamente mais desfavorecidas, se vejam impossibilitados de frequentar os seus cursos. Este facto é inadmissível num país cuja constituição da República estabelece a educação como um direito.

E dado ainda que o recentemente apresentado PNAES – Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior para além de ter sido apresentado tardiamente tem uma dimensão irrelevante, com cerca de 1.500 camas para uma carência superior a 110.000 e baseia-se em mecanismos prejudiciais para as Instituições de Ensino Superior, como é o caso do Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado que, pelo que se conhece do andamento da sua implementação, nem no início do próximo ano letivo haverá um acréscimo do número de camas públicas para o alojamento dos estudantes do ensino superior.

A gravidade da situação exige um plano de emergência que permita já este ano letivo mitigar as consequências deste desfasamento entre a oferta de camas públicas e a necessidade dos estudantes do ensino superior deslocados.

E tendo ainda em conta que estava prevista, no âmbito da atividade da Sociedade de Reabilitação Urbana, Porto Vivo, a construção numa Rua da Sé de uma residência para estudantes do ensino superior com 120 camas, foram expropriadas vinte e duas parcelas, realojados moradores, feitas escavações arqueológicas e concluídos projetos de execução, não se tendo iniciado essa construção por diversas razões, e que atualmen-



te e por força da desativação da SRU o processo se encontra parado, a Assembleia Municipal do Porto reunida a 17 de setembro de 2018 delibera: 1. Recomendar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a adoção das medidas necessárias ao estabelecimento de um plano de emergência que permita o efetivo aumento da oferta do número de camas públicas, ou apoiadas com fundos públicos, destinadas aos estudantes do ensino superior deslocados e que este plano de emergência seja tido em consideração no âmbito da preparação do Orçamento de Estado para 2018; e 2. Recomendar à Câmara Municipal do Porto que tome as medidas adequadas, com vista a negociar com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior o aproveitamento do trabalho já realizado e das verbas públicas já investidas no projeto de construção de uma residência universitária no Morro da Sé, para que a mesma possa ser uma realidade”.

A Senhora Deputada Isabel Ponce Leão (RM) quis saber: “Se é só o ensino superior público ou também o privado”.

A Senhora Deputada Maria Francisca Silva (CDU) respondeu que: “Todos os dados apresentados se referem ao ensino superior público”.

O Senhor Deputado Pedro Batista (RM) perguntou: “Senhora Deputada, acha que o ensino público é estritamente aquele é do Estado, que o ensino privado também não é público, ainda não percebeu que o ensino público é constituído pelo ensino do Estado, do particular e do cooperativo. Tem alguma coisa contra as cooperativas? Era só isso que eu queria que esclarecesse”.

A Senhora Deputada Maria Francisca Silva (CDU) explicou que: “Não há nada contra nenhum dos tipos de ensino, ainda assim as obrigações do Estado são para com o ensino superior público e não para com o privado. Portanto, esta é a nossa proposta”.

A Senhora Deputada Isabel Ponce Leão (RM) fez notar que: “Não há dúvida nenhuma que, se pusermos de parte a Universidade Católica, que é um caso à parte, os melhores alunos entram nas Universidades Públicas e os alunos com médias mais baixas procuram as privadas. Acontece que os alunos que normalmente entram nas públicas



são aqueles que tiveram acesso a um ensino de qualidade, por vezes com estadias fora do País, sendo, por isso, em termos económicos, pessoas privilegiadas, sendo que nas universidades privadas existem muitos alunos com carências extremamente grandes a estudar com bolsas, ou seja, o ensino privado nesse particular presta um grande serviço ao ensino público”.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) disse que: “Queria lançar um repto muito claro à CDU, que é se é possível separar os pontos 1 e 2 da proposta, porque para nós são coisas completamente diferentes que podem merecer respostas diferentes.

Segundo, dar uma pequenina nota sobre o Estado e o que se pretende do Morro da Sé. É, ninguém tenha dúvidas, um processo âncora deste Executivo, e isto tem que ficar claro, agora está preso como os Senhores sabem na SRU havendo já uma perspetiva de acordo com o Governo para um novo diploma no sentido de a SRU passar para a titularidade da Câmara.

Agora, os Senhores, que estão de braço dado com o Governo, digam a esse mesmo Governo que se é preciso camas no Porto, que se é preciso as camas da Sé então que não vendesse o Colégio dos Órfãos, porque tirar de um lado para pedir no outro, assim não funciona”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite perguntou ao Grupo Municipal da CDU se aceita o repto lançado pelo Grupo Municipal de Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido, no sentido de desdobrar a votação deste Ponto.

O Senhor Deputado Rui Sá anuiu, em nome do Grupo Municipal da CDU.

Ponto 1: Recomendação ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Aprovado, por maioria, com 19 votos a favor (12 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 27 abstenções (6 PSD + 21 RM).

Ponto 2: Recomendar à Câmara Municipal que tome as medidas adequadas a negociar com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.



Aprovado, por unanimidade.

Propostas do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

- **Recomendação pela gratuidade dos passes na rede pública de transportes do Porto para alunos em idade escolar.**

A senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) lembrou que: "Foi tornado público que esta questão vai ser levada à reunião de Executivo, pelo que houve uma série de pessoas, mães e pais desta cidade que, em face desta notícia e em face também das notícias de que está já a ser implementado em Lisboa, trouxeram esta preocupação. Então e no Porto? Como é que vai ser no Porto? O BE não podia deixar de aproveitar esta oportunidade para fazer esta recomendação ao Executivo Municipal.

O fim do ciclo da governação PSD/CDS-PP, imposto pelos resultados eleitorais de 2015, permitiu a manutenção da STCP com o Município.

Atendendo a que o alargamento da escolaridade obrigatória para o 12.º e os 18 anos de idade foi uma medida positiva, que trouxe exigências acrescidas ao nível da mobilidade nas cidades, e que o incentivo à utilização dos transportes públicos é uma preocupação deste Município e dos Deputados aqui representados, entendemos que se deve defender junto da administração da STCP e dos municípios, não só o Porto, que tem a participação nos seus órgãos de gestão, a implementação de um passe mensal gratuito para os alunos em idade escolar, inscritos na rede escolar pública, e que se deve defender junto da Administração da Metro do Porto, com o mesmo propósito, a implementação de um passe mensal nas mesmas condições".

A Senhora Deputada Mariana Macedo (PSD) deu conta que: "Relativamente à gratuidade dos passes da rede pública de transportes, fico aqui com algumas dúvidas, ou talvez não, mas não posso efetivamente concordar. Aqui diz-nos que o incentivo à utilização dos transportes públicos, por parte dos estudantes da rede escolar pública, é manifestamente para contribuir para a mobilidade nas cidades e municípios, pelo menos é o que está contemplado nesta proposta. Pois bem, aqui o que é dito é que para os estudantes que estejam na rede escolar pública faz sentido terem este favorecimen-



to para contribuir para uma melhor mobilidade na cidade, ou seja, estamos a excluir os outros estudantes.

Portanto, face a isto, e não duvidando da bondade da proposta, não percebo esta discriminação para com os estudantes do ensino privado. Aqui está a dizer para a Câmara defender junto da Administração da STCP e da Metro do Porto, mas não está contabilizado qualquer custo inerente.

O que me apraz aqui dizer é que não se percebe porque é que os estudantes que integram o ensino privado, que já têm um custo já adicional, estão a ser discriminados pela negativa no uso dos transportes públicos”.

A Senhora Deputada Joana Rodrigues (CDU) referiu que: “Nós, CDU e PCP, também sempre defendemos, e acho que não é novidade para ninguém, e sempre mostrámos uma grande preocupação com a questão da mobilidade, não só no distrito do Porto como a nível nacional.

Relacionado com a questão da mobilidade está a questão do preço dos transportes coletivos e o impacto que este preço tem nas populações e nas famílias portuguesas e daí defendermos um passe social intermodal, o que também acho que não é novidade para ninguém. Já apresentámos uma proposta na Assembleia da República em 2016 e, como tal, a intervenção política de hoje também será nesse sentido.

Em relação a esta proposta especificamente, nós congratulamo-nos com ela, obviamente, porque todos os aspetos positivos no sentido de percorrermos este caminho, que nós achamos que é muito importante no impacto das populações, têm o nosso aval e a nossa concordância.

Não podemos deixar de realçar que, a nosso ver, é muito limitativa em termos das várias camadas sociais e achamos que acaba por afetar mais pessoas, mais famílias. Essa é a proposta que nós defendemos a nível da Área Metropolitana do Porto, no entanto, valorizo novamente a proposta apresentada e iremos votar favoravelmente a mesma”.

A Senhora Deputada Mariana Macedo (PSD) quis saber: “Se esta proposta realmente tem um cariz social ou se é só meramente, pelo que aqui está escrito, para os estudantes que estão na rede escolar. É que são coisas completamente distintas”.



O Senhor Deputado André Noronha (RM) interveio, dizendo: "O primeiro ponto que eu gostava de realçar, que é no fundo uma pergunta, é o seguinte: da apresentação da proposta por parte da Senhora Deputada do Bloco de Esquerda fiquei com a impressão de que haveria uma proposta para ser conhecida em Executivo sobre esta matéria, é isso que nos quis dizer? Acha que sim ou não tem a certeza? Ah, é esta proposta de recomendação, não era nenhuma proposta que estivesse já agendada no Executivo para se deliberar sobre esta matéria.

O Bloco de Esquerda mantém que isto já foi ou está programado ser discutido no Executivo. Não, não está. Não, não esteve.

Segundo, esta proposta tem dois vícios, um é o normal a que já nos habituaram, é o tudo para todos sem ninguém perguntar quanto é que isto custa e de onde vem o dinheiro. A STCP tem um orçamento, a STCP conta com determinadas vendas e alguém lhe diz, estas vendas são à borla, o momento seguinte é, muito bem, e de onde vem o dinheiro? Porque senão cria-se um défice nesta exploração.

Meus amigos, têm agora o mês de outubro para negociar com o Governo tudo o que têm para negociar, não peçam à Câmara para se imiscuir das vossas negociações, se têm o peso que dizem ter, em Lisboa digam ao Senhor Primeiro-Ministro e aos Ministros das Pastas, nós queremos para a STCP e para todo o País, para quem quer que seja, passes para todos e o Governo tem que entrar com o dinheiro. Se for assim, nós aplaudimos. Agora, à nossa custa, não. Não é assim, não se passa sem um envelope financeiro.

Terceiro, como disse a minha colega do Partido Social Democrata, esta proposta é manifestamente sectária, não tem nada a ver com mobilidade, isto é da tralha da escola pública *versus* escola privada, porque os Senhores que estão a dizer que é só da escola pública não estão a pensar nos alunos que estão na escola pública, no Garcia de Orta, ou que moram na Foz e nenhum tem problemas de dinheiro, os Senhores ao mesmo tempo não estão a ver os que estão nas escolas privadas e que estão com bolsas e com muitas dificuldades, porque se o problema é dinheiro, não é público *versus* privado, se o problema é dinheiro apresentam-se as declarações de IRS, vai-se ver o rendimento do agregado, esses números existem, e resolve-se o assunto.

Os Senhores não querem nem saber de mobilidade nem querem saber se é de dinheiro ou não é de dinheiro, isto é ainda a tralha marxista do motor social que é a luta de classes. Ainda estamos aí.



Portanto, isto é um não redondo, Senhores Deputados, um não redondo”.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) perguntou ao Senhor Deputado André Noronha se, pessoalmente, está de acordo com a solução governativa da STCP ou se está de acordo com a decisão que tinha sido tomada pelo Governo anterior de privatização da STCP.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite disse que: “Eu compreendo isso *ad latere*, mas não gostaria que entrássemos nessa discussão. Sugiro que passemos à votação”.

A Senhora Deputada Bebiãna Cunha (PAN) chamou a atenção para o seguinte: “Relativamente a esta proposta gostaria de apontar, penso que terá sido um lapso na redação da proposta, a questão obrigatória do 12.º ano, porque o que é obrigatório são os 18 anos, independentemente de a pessoa concluir o 12.º ou não, não é obrigatório o 12.º.

Depois, nós compreendemos a bondade desta proposta, mas consideramos que é injusta, porque achamos que deveria haver aqui um escalonamento de acordo com os rendimentos.

Também não nos revemos nesta separação do público e privado.

Há ainda outra questão adicional que se prende com os 18 anos de idade. Então, e um aluno que está no 11.º com 20 anos, porque as coisas correram mal? Toda a gente tem infortúnios, também não devemos fazer aqui apanágio do sucesso escolar absoluto.

Portanto, há aqui vários aspetos que consideramos que devem ser melhorados nesta proposta, pelo que iremos abster-nos, dando essa oportunidade ao BE de a melhorar, se assim entender”.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) deu nota que: “Tenho aqui uma notícia de 4 de setembro que diz: «O Porto ainda não sabe quando é que vai implementar os passes Sub 12, e diz, para que o processo avance o Presidente da Câmara Rui Moreira comprometeu-se a falar com a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto». Este tema foi discutido na reunião do Executivo desta terça-feira.



A proposta foi apresentada pelo Grupo de Rui Moreira e foi retirada porque foi levantada uma questão pelo Vereador Socialista.

Portanto, não estamos a inventar coisas. É uma notícia de uma coisa que aconteceu no Executivo, que o Senhor Deputado disse que não tinha acontecido, mas aconteceu.

Relativamente à proposta concreta que aqui trazemos, se a questão é alargar isto a todas as famílias, venha uma proposta nesse sentido. Destruir a proposta que aqui trazemos não resolve o problema às famílias. A proposta do BE procura resolver o problema às famílias da cidade, uma cidade que promove a mobilidade, uma cidade amiga das crianças e uma cidade com respostas para as famílias. A proposta do BE procura garantir transportes e mobilidade gratuitos para as crianças, o que aqui diz é rede escolar pública, mas se isto é redutor, alarguemos. Façamos uma proposta para alargar, mas não retiremos esta proposta, digo eu.

Finalmente, dizer que aquilo que trazemos aqui não retira aquilo que o BE tem defendido do ponto de vista do que deve ser o passe social. A questão é que este é um assunto que está na ordem do dia, porque está a arrancar o ano letivo e porque houve uma medida em Lisboa que foi levada também a discussão ao Executivo. Os detalhes trabalham-se se houver vontade política nesse sentido".

Reprovada, com 27 votos contra (21 RM + 6 PSD), 11 votos a favor (3 CDU + 3 BE + 5 PS) e 8 abstenções (1 PAN + 7 PS).

• **Recomendação pela Adesão do Município do Porto à Semana Europeia da Mobilidade.**

O Senhor Deputado Joel Oliveira (BE) explicou que: "O BE traz esta recomendação à Assembleia Municipal no seguimento de outras Assembleias em que se tentou sensibilizar para esta temática de nos associarmos também às cidades que já aderiram, que na Europa já ultrapassa as 2.500 e a nível nacional 88 cidades, a esta Semana Europeia da Mobilidade.

Nós sabemos que, do ponto de vista da sensibilização das populações e das pessoas que utilizam a cidade, esta é uma questão importante e não entendemos porque é que esta situação não está ainda implementada pelo próprio Executivo.



Propomos que no plano de atividades para o próximo ano seja prevista a participação do Município do Porto na Semana Europeia da Mobilidade que irá decorrer em setembro de 2019”.

O Senhor Deputado Miguel Gomes (RM) disse que: “Como o Senhor Deputado referiu, já não é a primeira vez que uma proposta destas surge, precisamente pela mão do Bloco de Esquerda e eu recordo-me que há um ano atrás disse exatamente o mesmo que lhe vou dizer hoje. Para nós a política de mobilidade e a política de ambiente não se faz por eventos nem se faz num dia. Para nós faz-se todos os dias e a Câmara Municipal do Porto tem, já no ano passado o fez e este ano reforçou, não só políticas de aquisição de veículos elétricos e de tentativas de eletrificação da cidade, de forma a promover a utilização de veículos elétricos, medidas que, muitas vezes, até o próprio Bloco de Esquerda critica, e que na realidade vêm a favor de não trazer os carros para a Baixa, não trazer o carro para o centro da cidade, políticas que tentam limitar o estacionamento dentro da cidade, políticas que tentam incentivar a utilização dos transportes públicos, todas essas políticas são feitas diariamente e implementadas diariamente pela Câmara Municipal do Porto.

Dir-me-á assim, ok, mas então o que é que uma Semana da Mobilidade pode trazer de mal? A questão é que a Semana da Mobilidade resulta muito bem numa cidade que não tem este tipo de políticas e então pode sempre dizer, temos uma Semana da Mobilidade escusamos de fazer o resto durante o ano todo.

Acontece que esta Semana da Mobilidade implica transtornos grandes aos transportes dentro da cidade. Fechemos aqui a Avenida dos Aliados durante um dia, imaginemos a dificuldade que isto provoca em toda a cidade.

Dai que esta proposta, parecendo benigna, porque parece benigna, na realidade tem esta enferma desta dificuldade, torna mais difícil a mobilidade e, inclusivamente, prejudica o ambiente, parecendo aparentemente que o faz bem.

Por isso, nós preferimos a política do dia-a-dia, do trabalho diário, e não a política de eventos”.

Reprovada, com 21 votos contra (RM), 19 votos a favor (3 CDU + 3 BE + 1 PAN + 12 PS) e 6 abstenções (PSD).



• **Moção pelo fim das portagens na Circular Regional Exterior do Porto (CREP).**

O Senhor Deputado Joel Oliveira (BE) referiu que: "Esta questão já foi aqui abordada até pelo Senhor Presidente da Câmara. É uma preocupação que eu acho que é transversal a todos e que mexe com aquilo que é a mobilidade e a necessidade de ultraparmos uma situação que nos está criada e que é um problema que exige urgentemente de resolução.

A criação da Via de Cintura Interna, quando ela foi implementada, começou pelos cem mil veículos e hoje já vai nos duzentos e trinta mil e quando ali ocorre um acidente, por pequeno que seja, transforma-se numa coisa trágica, porque fica tudo embarrilado e o trânsito condicionado.

O congestionamento do tráfego e a degradação da qualidade do ar e dos outros efeitos negativos no ambiente e na saúde pública não podem continuar, e daí a nossa moção, para que a Infraestruturas de Portugal adote técnicas, nomeadamente a gestão dinâmica de velocidade, para melhorar a situação na VCI.

Quando a CREP foi construída o objetivo essencial era o atravessamento não ser feito pela VCI manifestamos ao Governo que é essencial rever as portagens da CREP. Essa é uma questão que exige uma resposta e nesse sentido propomos que a proposta seja enviada ao Governo para que sejam implementadas, não sei se a redução, se a abolição plena das portagens na CREP, para que os pesados e os veículos que criam dificuldades passem a circular na CREP".

O Senhor Deputado André Noronha (RM) considerou que: "Esta proposta tem méritos, mas a verdade é que o BE terá chegado atrasado a este debate, porque o Senhor Presidente da Câmara diz isto há anos.

A Área Metropolitana tem-se pronunciado amiúde sobre a questão e também é uma posição já veiculada pelo Senhor Presidente da Área Metropolitana do Porto. Tem vindo a ser feita, por parte do Município, a pressão que é possível e a Área Metropolitana tem feito também a pressão que é possível, agora, o Bloco de Esquerda chegou aqui hoje com esta matéria, que obviamente vamos votar favoravelmente, porque é o que dizemos há muito tempo, nós não avaliamos as propostas pela sua origem, esta vem do Bloco de Esquerda, mas tem todos os méritos. Chega tarde, mas tem todos os méritos.



Agora, o Bloco de Esquerda, e desculpem mais uma vez estar sempre com isto, mas pode fazer mais, os Senhores é que podem fazer mais, o mês de outubro é um mês essencial para a vida de todos nós, não se esqueça dos poderes que têm, na Assembleia da República negoceiem no Orçamento de Estado a inclusão das verbas necessárias para as compensações indemnizatórias para este tipo de abaixamento de remunerações.

Nós estamos todos de acordo com isso e batemos palmas se os Senhores conseguirem”.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) deu nota que: “Ontem estava a fazer uma pesquisa na Internet e dei com um relato de uma reunião da Câmara, de julho de 2002, em que um Vereador apresentou uma proposta contestando aquilo que era público, na altura apresentado pelo Ministro Valente Oliveira, de implementação de portagens no chamado IC24, era assim que se chamava na altura a CREP. Esse Vereador apresentou uma proposta no sentido de contestar a aplicação de portagens na CREP, embora a CREP ainda não estivesse concluída em 2002, sabendo qual é que seria o impacto na Via de Cintura Interna e que estaríamos a cortar aquilo que era o interesse da CREP. Essa proposta foi aprovada apenas por esse Vereador, todos os outros Vereadores votaram contra e a origem do problema talvez esteja aí. Curiosamente, na altura era um Governo do PSD/CDS que fez a proposta de implementação dessas portagens.

Ainda bem que estamos hoje todos de acordo que isso foi um erro, é importante fazer a abolição dessas portagens, mas, não podemos deixar de o dizer, não será suficiente abolir as portagens, é necessário um caderno reivindicativo para a VCI e creio que o estudo apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara, pelo menos do que se conhece na Faculdade de Engenharia, tem um conjunto de aspetos positivos que devem merecer a nossa concordância”.

Aprovada, por unanimidade.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA

Não houve intervenções.



PERÍODO DAS INTERVENÇÕES POLÍTICAS DOS GRUPOS MUNICIPAIS

A Senhora Deputada Joana Rodrigues (CDU) referiu que: “Como informei anteriormente, a nossa intervenção política prende-se com a questão da mobilidade e dos transportes coletivos, considerando que, por ser pertinente e preocupante, trazemo-la novamente aqui a esta Assembleia Municipal.

Continua a ser assunto da ordem do dia o peso do preço dos transportes coletivos nos orçamentos das famílias do Porto e da Área Metropolitana do Porto, peso que se torna decisivo para muitos quando optam pelo transporte individual, o que acaba por compensar, não só quando são vários membros da família a deslocar-se, mas principalmente, quando nos percursos que efetuam necessitam de utilizar mais do que um operador de transportes. Este é um problema que afeta seriamente a cidade do Porto nos movimentos pendulares entre concelhos, nomeadamente com o congestionamento do trânsito rodoviário, a falta de estacionamento e o decréscimo da qualidade ambiental.

O PCP e os eleitos da CDU têm vindo a defender a consagração do Andante como passe social intermodal a toda a Área Metropolitana do Porto, um elemento estruturante de uma política de transportes com uma enorme importância na atração de utentes ao sistema de transportes públicos, gerador de benefícios para o funcionamento da economia, a mobilidade e o ambiente. O seu aperfeiçoamento e alargamento contribuirá para reduzir os gastos familiares fixos com transportes e assegurar aos utentes dos transportes públicos o acesso a uma oferta diversificada e abrangente, permitindo assim racionalizar e simplificar a sua utilização, para além das deslocações pendulares diárias para trabalhar ou estudar, garantindo aos seus utilizadores outras possibilidades de mobilidade, alargando estas à cultura, ao desporto, ao recreio e ao lazer, sem que tal represente custos adicionais para os seus utilizadores.

Os sucessivos Governos do PS e do PSD/CDS assumiram opções que impuseram, ainda, o subfinanciamento das empresas públicas do setor dos transportes, através da não dotação das indemnizações compensatórias devidas e da imposição de responsabilidades por investimentos em infraestruturas que eram da Administração Central, condenando-as a grave situação financeira, desenvolvendo uma linha de capitalização e apoio financeiro às empresas privadas, nomeadamente através da distribuição das receitas do passe social intermodal a favor destas empresas, por um serviço que não



prestavam e da contínua cedência às pressões que os operadores privados fizeram pela obtenção de mais e maiores apoios.

Lamentamos que, mais recentemente, em 2016, graças ao voto contra do PS, do PSD e do CDS e à abstenção do Bloco de Esquerda, se tenha perdido uma oportunidade para dar um passo em frente na promoção dos transportes públicos, com o projeto-lei do PCP que propunha a consagração do Andante como passe social intermodal da Área Metropolitana do Porto, como título em todos os transportes coletivos de passageiros e atualização do âmbito geográfico do respetivo zoneamento.

Não desistindo desta medida como essencial no âmbito dos transportes, o PCP voltou já a apresentá-la para ser discutida novamente na Assembleia da República e continuará a insistir na defesa da conversão do Andante em título único de todos os transportes e operadoras de toda a Área Metropolitana do Porto, respondendo às necessidades da população, aos seus problemas específicos, às áreas de grande concentração populacional e garantindo as vantagens que decorrem para a mobilidade e o ambiente de uma política de promoção da oferta e condições de acessibilidade ao transporte público.

Defendemos, portanto, a sua validade extensível à utilização dos parques de estacionamento associados a interfaces da rede de transportes coletivos, a possibilidade de ter uma validade quinzenal ou mensal, a criação de um regime especial a preços mais reduzidos, com descontos para cidadãos até 24 anos, para estudantes do ensino não superior e superior, cidadãos com idade a partir de 65 anos ou em situação de reforma por invalidez e/ou velhice e também a cidadãos com deficiência.

Os eleitos da CDU continuarão a intervir para que sejam investidos os recursos indispensáveis para a satisfação das necessidades de mobilidade das populações, com mais e melhor serviço público de transportes, assegurado por operadores públicos, como fator de desenvolvimento económico, regional e nacional".

O Senhor Deputado Serafim Nunes (PS) lembrou que: "Na Assembleia Municipal do passado dia 25 de junho, a propósito do Ponto 11 da respetiva Ordem de Trabalhos, relativo à primeira revisão orçamental, vi aqui uma intervenção em que reafirmava o compromisso do Partido Socialista com o exercício do direito de preferência por parte da Câmara Municipal na aquisição de prédios sujeitos a esse exercício, chamando, no entanto, a atenção para o caráter limitado dessa intervenção.



Na sequência dessa intervenção e perante a minha estupefação o Senhor Presidente da Câmara desenvolveu um violentíssimo ataque ao Partido Socialista afirmando que eu acabara de proclamar a oposição do PS ao exercício do direito de preferência e acusando-nos inclusivamente de fingimento".

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite disse que: "Senhor Deputado, são declarações políticas, sei a que se vai referir. Eu colaborei nesse ponto".

O Senhor Deputado Serafim Nunes (PS) contestou, dizendo: "Se me permite, o que diz o Regimento é que são intervenções de carácter geral, é o que está escrito no Regimento, e eu estou a referir-me a um assunto que se passou no seio desta Assembleia".

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite frisou que: "Quer-me parecer uma interpelação ao Senhor Presidente da Câmara, da qual fiz parte ativa, colaborando com o pedido de Vossa Excelência feito aqui, fornecendo as gravações todas. Não me parece este exatamente o momento adequado para uma declaração na forma em que o vejo começar e que levou já à ausência do Senhor Presidente da Câmara, portanto, eu pedia que pudesse reformular de alguma forma, digamos, a bondade da sua intervenção".

O Senhor Deputado Serafim Nunes (PS) sublinhou que: "A minha declaração tinha conteúdo político e na minha intervenção seguinte na qual li o excerto da minha primeira intervenção, que de novo reproduzo, dizia o seguinte: «O Partido Socialista não só não se opõe como considera que o Município deve comprometer-se com uma estratégia de oferta de habitação no Centro Histórico, através da aquisição, da recuperação e da colocação no mercado de arrendamento das habitações recuperadas a preços comportáveis, mas o PS também tem a noção das limitações dessa intervenção». Foi esta a declaração que eu fiz na altura.

Fez ecoar o Senhor Presidente que, pelo contrário, replicou, insinuando que tal excerto não constava da minha intervenção inicial e reclamando o visionamento do vídeo da sessão com exortação de que os Senhores Deputados o fizessem também. Na sequência disso, eu solicitei o visionamento dos vídeos da sessão ao Senhor Presidente



da Mesa, não porque tivesse qualquer dúvida sobre o que tinha lido em ambas as intervenções, mas porque de outra forma seria sempre palavra contra palavra. No dia 10 de julho o Senhor Presidente da Mesa enviou-me os referidos vídeos, o que agradeço, e depois de visualizados confirma-se que o excerto que li na minha segunda intervenção corresponde letra a letra, sílaba a sílaba e palavra a palavra ao que li na minha primeira intervenção. Nem de outra forma poderia ser”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite reiterou que: “Não me parece adequado, na ausência do Senhor Presidente da Câmara, querer insistir nessa sua tomada de posição, por não ser o momento certo, o Regimento não lhe permite a resposta.

Meus Senhores, peço desculpa, o Senhor Deputado teve a bondade de terminar a intervenção e, portanto, eu pedia que não houvesse remosques dessa natureza. Vamos esquecer este momento. Peço a compreensão do Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Câmara não está na Sala, portanto, não me parece que vamos entrar numa discussão num momento em que não é legítimo ao Senhor Presidente da Câmara responder.

Peço a compreensão do Senhor Deputado e de todo o Plenário para esta situação. Encontraremos outro momento para que este assunto possa ser tratado, mas não neste momento, repito, em que o Senhor Presidente da Câmara não pode falar”.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) interveio, dizendo que: “No seguimento da discussão aqui tida na última Assembleia Municipal Ordinária gostaríamos de informar que o PAN promoveu neste fim-de-semana uma ação no Porto sobre as gaivotas em contexto urbano e portanto gostaria de partilhar nesta Assembleia Municipal as conclusões.

Este evento foi, no fundo, um evento de educação ambiental que pretendeu estreitar as ligações entre a Academia e a sociedade civil. Nesse sentido, em representação da Academia tivemos quatro intervenientes: a Dr.^a Joana Paes de Faria, que se encontra neste momento a desenvolver uma tese de doutoramento sobre a origem dos conflitos entre a espécie humana e as gaivotas em espaço urbano. Esta tese está a ser financiada pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia; tivemos também a presença do Dr. José Teixeira, em representação do CIIMAR – Centro Interdisciplinar de Investi-



gação Marinha e Ambiental; o Dr. Ricardo Lopes, investigador da CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos; e o Dr. Pedro Rodrigues, da SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves.

As conclusões a que nós chegámos neste evento e que gostaria de deixar aqui registadas é que, de facto, o estudo sobre o controlo da população de gaivotas em espaço urbano, efetuado pelo CIIMAR em 2010/2011, encomendado na altura pela Área Metropolitana do Porto, não deveria ter terminado, porque isso faz com que não tenhamos dados atuais sobre a população destas gaivotas, em particular, falámos das gaivotas de patas amarelas. Este é um dos aspetos que tem que ser tido em conta.

Também foi possível concluir que este não é um tema circunscrito à Área Metropolitana do Porto, podemos dizer que é um tema nacional e até poderíamos dizer que é internacional e, nesse sentido, eu gostaria também de informar que o PAN, na Assembleia da República, fará uma recomendação ao Governo para que realize um estudo a nível nacional sobre a presença de gaivotas em contexto urbano.

Também gostaria de dizer que outra das conclusões é que, precisamente o extermínio das gaivotas não levará a que aquelas desapareçam porque, como se tem falado, numa análise biológica ou até ecológica, é que sempre que se faz o extermínio de uma espécie é criar um efeito de vácuo e, portanto, esse espaço será ocupado por uma outra espécie, ou até, por gaivotas que venham de outros locais e foi relatado imensos voos entre as Berlengas, Viana do Castelo, Espinho, Galiza. Portanto, este não é um tema que se circunscreve ao Porto.

Ainda um outro aspeto prende-se com a excessiva produção e a ineficiente gestão dos resíduos urbanos nos contextos citadinos, o que leva a que as gaivotas decidam instalar-se e, por isso, é necessário também atuar-se, politicamente, de um modo mais eficaz, não só na gestão, mas também na produção de resíduos.

Paralelamente, foram enunciados vários aspetos positivos, ao nível de controlo da população de gaivotas, nomeadamente a inviabilização dos ovos, uso de métodos anti-concecionais e até foi referido o exemplo positivo e criativo a que se assistiu no pátio Miguel Bombarda na forma de afastar as gaivotas dos locais. Acredita-se ainda que será necessário uma intervenção eficiente ao nível da nidificação, mas tal só será possível quando tivermos estudos que realmente caracterizem a população existente.

Por fim gostaria de dizer que consideramos que é necessário uma reflexão sobre a forma como nos relacionados com as outras espécies, pois o foco tem estado no confli-



to existente entre humanos e gaivotas. Nós temos recebido vários relatos de munícipes que não só as observam e aprendem com elas na forma como elas acompanham as suas crias.

Acreditamos também que o objetivo deve passar por uma série de estratégias que visem minimizar o conflito entre nós e as gaivotas de patas amarelas”.

A Senhora Deputada Susana Costa Pereira (BE) disse que: “A minha intervenção tem a ver com o que tem estado a acontecer relativamente aos trabalhadores da Ryanair, que é uma questão que diz diretamente respeito a uma realidade concreta da cidade, nomeadamente, no que se refere ao turismo na cidade.

Neste momento, temos uma imposição da lei irlandesa menos favorável aos trabalhadores nas relações laborais, isto é, há uma não-aceitação de sindicalização do pessoal de voo, há a degradação dos salários e das condições de trabalho, o chamado «dumping social», há situações de evasão fiscal, há uma sistemática infração às leis nacionais e comunitárias. Já há vários processos judiciais em curso no Tribunal de Justiça da União Europeia, pelo facto de a Ryanair rejeitar negociar contratos baseados nas leis laborais de cada país e não respeitar o ordenamento jurídico de cada país e só com a presença da PSP foi possível a Autoridade para as Condições de Trabalho exercer a sua ação inspetiva nas instalações da empresa nos aeroportos.

Os trabalhadores já estão a responder com a sua luta à arrogância e à exploração por parte dos patrões da Ryanair, estando a lutar por aquilo que são condições de trabalho justas.

Impõe-se agora uma exigência cívica da cidade, mas também das autarquias e de outras entidades públicas.

Temos também que pensar numa outra questão menos falada, mas que afeta também a cidade, que é a desqualificação dos aeroportos. De acordo com os últimos dados da Autoridade Nacional de Aviação Civil só a Ryanair tem uma quota de 38% dos passageiros do aeroporto do Porto. Há ainda a questão da chamada *poor flight connectivity*, ou seja, a característica específica de os aeroportos não serem nas cidades principais, e que, inclusive, terá sido algo que também esteve na origem de uma avaliação menos positiva, dentro de tudo o que foi positivo, naquilo que foi a candidatura do Município do Porto à Agência Europeia do Medicamento. Portanto, há aqui uma série de questões que nos devem preocupar.



O Porto tem o título de melhor destino europeu, tem o título de melhor destino do mundo, sendo que a regulação do turismo passa por medidas concretas na cidade, mas passa também por uma visão mais global, mais abrangente e passa por perceber o que é que está a acontecer em termos de exploração por parte deste tipo de empresas, neste caso concreto companhias aéreas, e naquilo que são os direitos dos trabalhadores destas áreas e não só no turismo.

Preocupa-nos a precariedade dos trabalhadores da Ryanair, muitos deles, como nós sabemos, portugueses e muitos deles do Porto”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite declarou encerrado o Período Antes da Ordem do Dia, dando início ao Período da Ordem do dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto único:

– **Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira deu nota que: “Têm já aos Senhores Deputados conhecimento da síntese da situação financeira do Município relativa a agosto que vos foi distribuída antecipadamente, conforme tinha sido uma vossa exigência, aliás, completamente justificada, e que, de qualquer maneira, não deixarei de vos ler daqui a pouco.

Mais uma vez a síntese denota contas à moda do Porto. Prazos de pagamento curtos – quatro dias – e também a ausência de surpresas relativamente à despesa. É assim que deve ser, foi assim que prometemos e é assim que queremos cumprir.

Noto também o bom nível e bom ritmo de execução. Em agosto tínhamos já executado mais de 44% da despesa. Sabemos, por razões que já aqui por diversas vezes expliquei, que abrangem todas as outras cidades que têm investimento e que se prendem com a dificuldade em inscrever saldo de gerência e com o calvário de sucessivas apro-



vações, que a segunda metade do ano é sempre mais produtiva do que a primeira, o que nos leva a crer que teremos este ano, que não é ano de eleições, uma execução orçamental muito interessante para aquele que é também o orçamento com maior investimento previsto dos últimos anos.

E relativamente a investimento e a execução gostaria de dar aqui conta de alguns dados que considero que são importantes e do vosso interesse. Começou hoje o ano letivo e com ele um novo ciclo para 8200 alunos do primeiro ciclo do ensino básico no Porto, aquele que está, como sabem, a cargo da Câmara Municipal do Porto. Nas atividades de enriquecimento curricular estão inscritos mais de 4400 alunos, ou seja, mais do que metade dos alunos, e só para abertura deste ano letivo investimos mais de dois milhões de euros na requalificação das nossas escolas.

Ainda hoje, acompanhado do Senhor Vereador do Pelouro, Dr. Fernando Paulo, e também do Senhor Presidente da Junta de Campanhã, pude ver o trabalho de renovação que foi realizado na Escola das Flores, em Campanhã, que transformou uma escola triste e com problemas crónicos naquilo que eu acredito é uma escola modelar. Dos cerca de 8200 alunos que vão frequentar as escolas da rede pública do município, 1700 crianças correspondem ao nível de educação pré-escolar, e 6500 alunos são primeiro do ciclo. Na educação pré-escolar vão funcionar 83 turmas curriculares, distribuídas pelos 43 estabelecimentos de ensino, com a oferta da valência de jardins de infância, destinadas a crianças a partir dos três anos e até à integração no primeiro ciclo. Ao nível do primeiro ciclo, estarão em funcionamento 48 estabelecimentos de ensino, distribuídos por 15 agrupamentos de escola e ainda pelo Conservatório de Música do Porto.

No âmbito da rede escolar do Município, que compreende a rede pública de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, os 48 estabelecimentos de ensino possuem biblioteca escolar, das quais 38 integram a rede de bibliotecas escolares do Ministério da Educação, e partir deste ano todos os agrupamentos de escola contarão com um apoio anual para a atualização do seu fundo documental.

No âmbito da ação social escolar prevê-se o fornecimento médio de 6300 refeições por dia aos alunos das escolas básicas do primeiro ciclo e jardins de infância, sendo assegurada a refeição gratuita aos alunos do escalão A; no âmbito do programa escola solidária, as cantinas escolares funcionarão nas pausas letivas, nomeadamente do Natal e da Páscoa; o serviço de lanche e o regime da fruta escolar manter-se-ão gratuitos para



todos os alunos, estando previsto um fornecimento diário de 8 mil lanches escolares. Como medida de complemento da ação social escolar o Município do Porto oferece no arranque do ano letivo um conjunto escolar aos cerca de 1700 alunos do primeiro ano, constituído por materiais didáticos básicos e ainda por uma lancheira.

No que diz respeito aos auxílios económicos das medidas de ação social, a Câmara atribui anualmente aos alunos do escalão A um apoio de 40,00 euros para aquisição de material escolar e visitas de estudo e aos alunos do escalão B um apoio de 28,50 euros. Falo destes números, porque quando agora tanto falamos de descentralização e de tarefaização muitas vezes nos esquecemos dos encargos que assumimos, com gosto, na educação, nomeadamente no primeiro ciclo do ensino básico.

Queria também fazer um ponto de situação em relação a outros processos e investimentos em curso, pois considero que é importante que os Senhores Deputados estejam informados: teremos o concurso lançado para a reabilitação do Liceu Alexandre Herculano em outubro deste ano; A reabilitação do Mercado do Bolhão está em curso, estando as obras do edifício a decorrer e lançado o concurso para a construção do túnel que dará acesso à cave técnica de cargas e descargas.

O bom andamento destes trabalhos abre-nos a expectativa de, em 2019, termos grande execução orçamental, que será feita através da Empresa Municipal GoPorto, o que vai obrigar no próximo orçamento a um sobre esforço orçamental, para o qual servirá, quer o saldo de gerência, que por vezes tem sido criticado e que afinal tem utilidade, quer a capacidade de endividamento que o Município possui e que resulta da boa gestão e redução de dívida acentuada dos últimos cinco anos. Aliás, este tema tem sido tratado também com os partidos políticos no âmbito dos direitos que reconhecemos à oposição e que tem levado a trabalhos de elucidação sobre o próximo orçamento.

Relativamente ao Pavilhão Rosa Mota, não havendo neste caso qualquer investimento municipal, pelo contrário, será provocada receita, gostaria também de informar que o concessionário se encontra a proceder à obra necessária à reabilitação do Pavilhão, que era, como todos sabem, muito urgente e que deverá estar concluída até maio do próximo ano. O Porto terá então um Pavilhão com capacidade para receber congressos de maior dimensão, espetáculos, feiras do setor económico e naturalmente eventos desportivos.



O processo de requalificação do Matadouro de Campanhã está também a decorrer com normalidade. Já foi assinado o contrato com o vencedor do concurso público, estando neste momento a aguardar visto do Tribunal de Contas.

O terminal intermodal tem o projeto concluído e revisto e o concurso de empreitada será lançado a 28 deste mês.

Também os percursos pedonais assistidos terão concurso de empreitada lançado, curiosamente e por mera coincidência, no mesmo dia.

Sobre a construção da nova Ponte sobre o Rio Douro, informo que os trabalhos conjuntos com Vila Nova de Gaia estão a decorrer com toda a normalidade e a um ritmo absolutamente compatível com o que está calendarizado, estando por isso a ser executado um memorandum de entendimento, acordado entre os dois Municípios e aprovado pelos dois Executivos.

Estamos também em fase de lançamento dos concursos das primeiras intervenções, a realizar no âmbito do programa Rua Direita, que irá reabilitar mais de 80 arruamentos da malha fina urbana da cidade. Ainda esta semana anunciaremos pormenores acerca de uma grande intervenção estrutural, há muito pensada, que será realizada na Avenida Fernão de Magalhães e que transformará por completo a mobilidade e eficiência do transporte público na zona do Bonfim e de Campanhã.

Enquanto tudo isso se processa, continuamos nesta primeira parte da execução orçamental de 2018 o processo de reabilitação do edificado municipal, nomeadamente no que se refere aos bairros municipais.

No âmbito da nossa política de exercer o direito de preferência, protegendo os moradores com contratos de arrendamento numa zona sujeita a uma muito maior pressão, numa altura em que a cidade do Porto exerce uma grande atração, temos também vindo a adquirir vários edifícios em zonas sensíveis. Amanhã levaremos a reunião de Executivo mais uma proposta, que emana do nosso programa, que ganha agora viabilidade com as recentes alterações legislativas e que visa diferenciar impostos como o IMI e IMT. Trata-se de incentivos fiscais a quem usa o património destinado a habitação permanente e que se conjuga com um pacote de outras medidas de ordem urbanística, que visam estimular o mercado a oferecer habitação a preços suportáveis pela classe média.



Ainda não fez um ano sobre o início deste mandato, estamos mesmo com toda a inércia, que hoje é colocada pela máquina do Estado ao investimento público, a remar contra essa maré.

Está a correr bem a execução orçamental, estão a ser feitos projetos e as obras que prometemos e estamos a manter as contas à moda do Porto. Estamos portanto, a cumprir o nosso programa”.

Leu a síntese financeira relativa a agosto de 2018.

O Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho (PS) referiu que: “O tema que hoje aqui me traz não foi abordado pelo Senhor Presidente.

Aqui há dias o Senhor Presidente irrompeu pela minha mesa de almoço, e é sempre muito bem-vindo, para anunciar uma solução definitiva para o processo complicado, complexo e difícil do Bairro do Aleixo e, como tal, o PS tem aqui um conjunto de questões sobre esse assunto que gostaria de colocar ao Senhor Presidente.

O Senhor Presidente anunciou que no prazo de seis meses, penso que não estou errado no número que vou apresentar, os cerca de 270 moradores do Bairro do Aleixo seriam realojados. Enfim, isto é um prazo muito curto que obriga à necessidade de acauteelar um conjunto muito diversificado de situações de vida dos diferentes moradores daquele bairro e, segundo informação que nos chegou, e não temos a certeza sobre a sua veracidade e, por isso, é que lhe colocamos a questão, se os moradores do bairro terão sido avisados por esse comunicado, por essa conferência de imprensa que foi feita pela Câmara Municipal, pela voz do Senhor Presidente. Gostaríamos de confirmar esta informação, se assim é ou se os moradores do Bairro do Aleixo foram notificados previamente da decisão que a Câmara anunciou nessa conferência.

A segunda questão, e que está relacionada com a complexidade e com a dimensão de todo este processo, prende-se com a existência ou não de um diálogo com os moradores do Bairro do Aleixo neste processo de realojamento nas diferentes casas de habitação social que a Câmara tem ao seu dispor, se têm sido, por exemplo, envolvidas as Associações de Moradores e se foi criada alguma equipa multidisciplinar da Câmara Municipal para acompanhar todos estes processos, desde assistentes sociais, psicólogos e técnicos que possam dar resposta às diferentes necessidades que as pessoas vão sentindo ao longo deste processo.



Não descurando também, Senhor Presidente, a necessidade de encontrar para a situação do Bairro do Aleixo uma resposta definitiva, uma resposta que por fim resolva todos os problemas que aquele complexo habitacional tem criado, sobretudo para os seus moradores, gostaríamos de perceber o que é que mudou de forma tão súbita para se anunciar uma decisão com esta amplitude, isto é, se há aqui algum evento extraordinário que justifique uma decisão com esta amplitude, neste prazo e comunicada nestes termos.

E porque falamos de 270 pessoas e num prazo muito curto, segundo também o que pudemos apurar, a Câmara Municipal já admitiu que todas as casas que deveriam ser construídas pelo famoso Fundo, que resolveria as questões no Aleixo, não estão construídas, portanto, onde e como é que serão acomodados todos estes moradores, atendendo também à conhecida lista de espera que existe na DomusSocial, havendo aqui alguma insuficiência para responder a estas circunstâncias.

Falando agora do Fundo propriamente dito, nós percebemos também pela comunicação social que a Câmara Municipal está a estudar uma solução para o Fundo. O que eu gostaria de lhe perguntar é se essa solução já está minimamente delineada, se pode ser comunicada e, se sim, em que termos ou soluções. Pode ser que seja mais do que uma solução que está a ser estudada e, nessa medida, qual é o ponto de situação atual do Fundo e, de acordo com as soluções que prevê apresentar a discussão, qual é que será a exposição ou a responsabilidade financeira do Município.

Finalmente, também segundo informação que podemos recolher, percebermos que foram construídas algumas casas pelo Fundo, mas o processo está com elevado atraso, o que, aliás, é reconhecido pela própria Câmara Municipal. Gostaríamos de perceber quantas casas é que foram construídas pelo Fundo, quais as razões para os atrasos, que são consideráveis, e que espaços é que a Câmara Municipal tem disponibilizado para mitigar ou para acelerar os processos”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira disse: “Senhor Deputado, queria agradecer-lhe a oportunidade que me dá para falar da questão do Aleixo.

Aquilo que sucederá é que nos próximos seis meses, e é o período máximo, nós contamos realojar todos os moradores que ainda vivem nas três torres que permanecem no Aleixo, seja em casas da Câmara, seja do IRU que terá algumas casas disponíveis. Posso dizer-lhe também que deste assunto foi previamente informada a Associação de



Moradores do Aleixo, nomeadamente o Senhor Doutor Renato, e, naturalmente, agora está a ser feito o trabalho junto dos vários moradores que lá permanecem.

Pergunta-me, e essa é a questão que eu gostava de esclarecer, o que é que subitamente mudou. O que mudou é fácil de explicar. Nós, até há algumas semanas ou meses atrás, estávamos num processo de requalificação das torres até que fosse possível transferir as pessoas, que vivem no Aleixo, para a os novos Bairros que vão ser construídos pelo Fundo. Investimos nomeadamente 150 mil euros em elevadores, fizemos um conjunto de isolamentos na base dos edifícios só que, subitamente, fomos alertados para um acontecimento que ninguém podia imaginar que pudesse suceder, o que acontece é que as fachadas das torres estão a desagregar-se, estão a cair, e com as fachadas das torres a cair há um problema de salubridade e há um problema de proteção, portanto, nós tivemos que decidir isto numa situação de emergência, porque para nós as pessoas são o mais importante.

Portanto, para lhe responder, sim, houve uma coisa que mudou de repente, os prédios começaram a descascar, aliás, isso foi relatado pela comunicação social, nós fomos lá, as brigadas foram lá, não é um assunto pontual, é de facto a vetustez daqueles edifícios que está a provocar esta questão. E nós não podemos correr esse risco, não podemos expor os cidadãos a este risco, e creio que todos acompanharão, porque esta é a maior das prioridades e, por isso mesmo, nós vamos tentar acelerar, falamos em 180 dias, mas se conseguirmos fazer mais depressa faremos mais depressa. Não há condições neste momento para as pessoas viverem lá, esta era uma situação que nunca se tinha verificado, de vez em quando caía um azulejo, havia situações normais que eram reparadas, aqui não é isso.

Dito isto, qual é a situação então relativamente ao Fundo do Aleixo e aos edifícios que deveriam ou deverão ser entregues pelo Fundo do Aleixo? Aquilo que foi entregue foram casas nas Musas e na Mouzinho da Silveira, como bem sabe, e entretanto havia três outros projetos previstos, sendo um deles na Travessa de Salgueiros. Relativamente à Travessa de Salgueiros ainda no anterior Executivo, quer com o Doutor Manuel Pizarro, quer com o Professor Correia Fernandes, foi entendido que era necessário fazer uma alteração ao projeto, recorrendo ao mesmo Arquiteto. Esse projeto foi feito e a obra está consignada. Não sei já começou, mas vai começar, portanto está a andar e resolverá uma parte desta carência.



Depois, como também sabe, estava prevista a construção de um prédio em Fernão de Magalhães, sendo que, na altura, o Urbanismo e principalmente o Prof. Manuel Correia Fernandes chamaram a atenção para a inconveniência desse edifício. Esse edifício ia ficar encostado a um morro onde havia enormes problemas, portanto, abandonou-se esse projeto e avançou-se com um projeto nas Eirinhas, que, aliás, foi amplamente anunciado. Esse projeto ainda não arrancou porque tem havido alguns problemas com heranças, ou seja, alguns dos moradores, com quem nós fizemos permutas, têm problemas de heranças. Portanto, esse projeto está mais atrasado, mas é um projeto que o Fundo irá lançar. Depois há também, como sabem, as casas do Bairro do Leal, mas essas são em pequeno número.

Essa é a questão, aquilo que tem atrasado de alguma maneira isto tudo, tem a ver com aquilo que nos diz o Fundo, ou seja, a transferência da Sociedade Gestora da Gesfimo, que é uma empresa em extinção porque fazia parte do BES, para uma nova sociedade, a Fund Box, que, aliás, foi aprovada nesta Assembleia, a quem a Câmara, naturalmente, exige uma garantia bancária igual à garantia bancária que inicialmente estava prevista no contrato. Portanto, esperamos que este assunto esteja resolvido.

Em reunião que tive com os dois principais participantes do Fundo permanece ainda como sabem, a Rioforte, mas na Rioforte nós não sabemos com quem podemos falar, porque eles têm uma minoria, isto é, têm menos de 25%.

Nas conversas havidas com os dois principais participantes, quer com o Senhor Doutor António Oliveira, quer com a Mota-Engil, eles deram-nos nota da vontade de prosseguirem com este processo, portanto, a Câmara Municipal do Porto irá continuar com o processo que foi iniciado.

Não gostava muito de voltar atrás no tempo, mas recordar apenas que este foi um problema que nós encontramos, um problema muito complicado e aquilo que foi feito foi uma recapitalização do Fundo e essa recapitalização, e o PS acompanhou-nos nesse esforço, como se recorda, foi feito de duas formas, por um lado, a Câmara adquiriu ao Fundo o terreno com que tinha constituído a sua participação no capital, na Rua da Quinta, terreno esse que entretanto já foi vendido em hasta pública, inclusivamente com uma mais-valia para a Câmara e, por outro lado, entrou para o capital a Mota-Engil.

Esta é a circunstância, preferia não ter que voltar atrás no tempo. Nós, face à situação que encontramos, acreditamos e continuamos a acreditar que esta é a solução possí-



vel. Tivemos que antecipar alguma coisa que nós não queríamos, era nossa vontade, na altura, que era acompanhada do PS, não tirar nenhum habitante dali enquanto não tivéssemos os novos Bairros prontos para acolher as pessoas. Compreenderá, e com certeza que me acompanha, Senhor Deputado, que se eu tenho a Proteção Civil a dizer que os prédios se estão a desagregar, mesmo depois de ter feito este investimento de 150 mil euros em elevadores, nós não podíamos hesitar, havia aqui uma necessidade imperiosa.

Espero que os Senhores Deputados me acompanhem, aqui há uma coisa fundamental, mais do que Fundos, mais do que prédios, mais do que casas há a segurança das pessoas e bens, portanto, nós não podíamos fazer outra coisa".

A Senhora Deputada Mariana Macedo (PSD) deu conta que: "O motivo da minha intervenção prende-se hoje com a questão da problemática da limpeza urbana. Recordo-me que este Executivo referia como sendo algo fundamental, uma mudança de paradigma da limpeza urbana no Porto, em que pretendia fazer alterações profundas, de modo a que, neste âmbito, o Porto fosse um exemplo nacional e internacional. Recordo-me também que o Senhor Vereador convidou todos os Grupos Municipais aqui representados a estarem presentes numa reunião onde, de um modo muito amável e profissional, nos explicou a nova estratégia da Câmara Municipal.

Chegados agora a esta fase, temos visto que ou a estratégia não está a decorrer conforme pretendida ou é claramente errada, porque vivemos hoje numa cidade completamente suja, basta passearmos pela nossa cidade ou vermos as redes sociais que transmitem imagens caóticas e de desagrado de todos, todos nós que temos gosto pelo nosso bem-estar, pela saúde pública e pelo nosso património.

Recordo-me, na altura, de o Senhor Vereador ter explicado que poderia haver alguns problemas, referiu até, salvo erro, a expressão do *phase out*. Não sei se foi uma questão de *phase out* e depois do *phase in*, mas o que é certo é que estamos com um problema e, portanto, temos de perceber quais são as soluções, quais os instrumentos para essas soluções e quando é que poderemos ver algum resultado dessa nova mudança de estratégia para a cidade.

Relativamente a este tema também, dizer que não só há uma problemática relativamente à recolha do lixo como também à forma e às horas que fazem a recolha. Já recebemos alguns vídeos e queixas de moradores que comprovam que muitas das vezes



o lixo é recolhido à uma e meia ou duas horas da manhã. Pois bem, isto também me parece um pouco incoerente, já aqui foi dito que não há horas ideais, poderão não existir horas ideais, mas há horas que manifestamente não são as melhores para que isso aconteça.

Depois, e já aqui foi referido também pelo PAN, a questão das gaivotas. Eu recordo-me que quando o Senhor Vereador do PSD, Prof. Álvaro Almeida, falou das gaivotas em campanha eleitoral muitos acharam um tema despropositado, estranhando que o PSD se preocupasse com ele como se fosse um tema prioritário da sua agenda. Não será um tema prioritário, mas é um tema importantíssimo para o Porto e, afinal, os Senhores Deputados percebem agora como o tema é importante. Portanto, quanto a isso gostaria de saber quais as medidas que a Câmara está ou vai implementar. Sei que já foi encomendado um estudo e pude constatar, lendo no *site* da Câmara Municipal, que quem não cumprir algumas das medidas, nomeadamente dar de comer às gaivotas, será considerado uma contraordenação, ficando sujeito ao pagamento de uma coima, no entanto, a Câmara Municipal, ao não recolher o lixo, está também a disponibilizar alguns bens alimentares às gaivotas. Pois bem, isto também é umnexo de causalidade, uma questão da falta de limpeza urbana e, cada vez mais, uma questão de saúde pública.

Houve ainda recentemente um caso relatado de pessoas que, por não saberem como agir, tendo os seus animais sido alvo de ataques das gaivotas, colocaram veneno. Claro que veneno em espaços públicos é extremamente perigoso, quer para os outros animais de estimação, quer para crianças.

Portanto, acho que tem que haver aqui uma estratégia e gostaria de saber se ela existe ou não existe”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira esclareceu que: “Senhora Deputada, sobre a questão da recolha e da limpeza urbana eu não gosto de dizer que as coisas estão bem quando elas não estão e disse aqui que nós precisaríamos seguramente, através do *phase out* e do *phase in*, até final de outubro para estabilizar o novo modelo que temos.

Recordo, ainda assim, o seguinte: em primeiro lugar, aquilo que nós encontramos quando aqui chegámos, há cinco anos atrás, as críticas eram exatamente as mesmas



de agora, aliás, foi um tema da campanha há cinco anos atrás, em que nomeadamente a CDU falava num mau modelo que tinha sido adotado e nos problemas que tínhamos. Queria dizer-lhe também algumas coisas de pormenor. Em primeiro lugar, quanto à recolha, ela foi sempre feita à noite e eu não vejo que ela possa ser feita noutro tempo, é evidente que ninguém gosta que a recolha seja feita à sua porta a nenhuma hora, porque se é feita de manhã, estão a levar as crianças à escola, se é feita a meio do dia, perturba os comerciantes. Ninguém quer. Nós queremos todos que a recolha seja feita num ápice, sem ruído e nos momentos apropriados, mas a verdade é que a recolha foi sempre feita à noite, é uma tradição e, portanto, nós não alterámos os horários de recolha, ela é basicamente feita a partir das oito, oito e tal da noite, que é quando é mais eficiente. Foi sempre assim.

O paradigma da limpeza urbana só se alterou recentemente, a recolha alterou-se em finais de junho, e já nessa altura consideramos que o modelo que nós tínhamos herdado e que durante quatro anos não pudemos mudar, a nosso ver, era economicamente pouco interessante para a cidade. Eu sempre evitei falar relativamente a essa matéria, muitas críticas aqui foram feitas, nomeadamente pela CDU, nós cumprimos o contrato até ao fim, mas em junho, quando o contrato se extinguiu, já toda a gente se queixava que havia um problema de recolha, e há, mas nós acreditamos que o paradigma que estamos a iniciar com os meios municipais vai melhorar a situação.

Quanto à limpeza, como sabe, o novo contrato de prestação de serviços iniciou-se em agosto, razão pela qual eu acredito que as coisas vão melhorar. Também não ignoramos, porque as situações são-nos relatadas pela comunicação social e pelas redes em Lisboa e dos grandes centros urbanos, como Matosinhos, há, de facto, hoje um problema. O problema decorre de um conjunto de fatores. Há claramente uma pegada turística nesta matéria, pegada turística essa que se verifica também pela utilização majorada de restaurantes e de comércio que ainda não se adequou às novas exigências. Essa é uma evidência. Por outro lado, aquilo que nós verificamos hoje é que temos, ao contrário daquilo que acontecia anos atrás, principalmente, porque as pessoas começam a separar o lixo, temos um fenómeno preocupante de *scavenging*, que quer dizer as pessoas irem buscar lixo a contentores, seja por pessoas sem-abrigo, pessoas pobres, mas também porque já se criou quase um mercado para isso e isso tem levado a que parte dos nossos equipamentos sejam sucessivamente vandalizados, se assim quiserem, nomeadamente as fitas.



Temos depois um problema que é a forma como os cidadãos querem a cidade. Eu acredito que vai começar a haver uma maior sensibilização e nós queremos fazer essa sensibilização também através das escolas. Eu posso dizer-lhe que ao pé da minha casa há contentores que parecem que estão cheios, porque há vários sacos à volta, e quando se abre a tampa vê-se que estão vazios. Portanto, temos também aqui um problema de civismo que vai ser preciso resolver.

Portanto, temos aqui um conjunto de circunstâncias, não há soluções fáceis para a limpeza e para a recolha, não há, mas nós acreditamos que estamos no bom caminho.

Eu e o meu Vereador, o Senhor Vice-Presidente, seremos seguramente julgados por isso, portanto, como já disse, peço até ao fim de outubro para então se fazer uma análise cuidada sobre se isto melhorou ou não. Que vai ser um vale de rosas, não vai. Não vai ser um vale de rosas, porque nós sabemos que isso seria praticamente impossível. Este como digo é um problema comum a muitas cidades, infelizmente, e nós também temos esse problema.

Quanto às gaivotas, e sabendo que o Senhor Vereador Álvaro Almeida defendeu essa matéria em campanha eleitoral, nunca me ouviu minimizar os argumentos que foram invocados. Aquilo que aconteceu é que quando nós cá chegamos, havia uma estratégia metropolitana, em que a Área Metropolitana do Porto estava a trabalhar que depois abandonou e deixou de trabalhar nela. Nós temos vindo a trabalhar com o CIIMAR, com a Câmara de Matosinhos e a Câmara de Gaia, que são as mais próximas, porque o problema das gaivotas de pata amarela decorre em grande parte do problema dos aterros, que, curiosamente, não temos na cidade do Porto. Como sabe, a Lipor não tem aterros na cidade do Porto.

Há de facto um problema de convivência entre os humanos e as gaivotas e nós com certeza que vamos aprendendo. Agora, imaginar que a cidade do Porto, por si só, consegue uma estratégia para tentar combater as gaivotas, não me parece que seja razoável, porque não há uma solução fácil.

Portanto, eu diria que é fácil diagnosticar o assunto, eu concordo com o diagnóstico, não sei é qual é exatamente a cura para isto.

A propósito de darem de comer aos animais, às pombas e aos animais errantes, eu acredito que nós podemos fazer alguma coisa em termos da fiscalização para, de alguma maneira melhorar isto, mas chamo a atenção de uma coisa, aqui também em defesa, quer da Polícia Municipal, quer dos fiscais da Câmara, eu já vi, e a Senhora



Deputada se calhar já viu, Polícias Municipais dirigirem-se a pessoas que estão a alimentar os pombos com milho cortado e não só essas pessoas reagem mal, como outras pessoas que vão a passar reagem mal também.

Isto tudo acaba por se resolver através de civismo, eu acho que a forma de contermos estes problemas é através do civismo”.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) deu nota: “De algumas questões mais telegráficas para depois poder abordar ainda alguns outros assuntos.

Começando com a questão da limpeza, tivemos oportunidade de chamar a atenção aqui, em junho, para este problema. Na altura houve uma negação, mas, felizmente, depois houve a consciência que o problema existia. O Senhor Presidente pediu até final de outubro e nós, até final de outubro, estamos aqui para ver, mas não posso deixar de lhe dizer que o passivo é grande, que se tem acumulado, que vai causar dificuldades à resolução do problema. Devo dizer-lhe que me entristeceu levar a minha filha à escola no primeiro dia de aulas e ver cá fora, a quantidade de folhas que estavam acumuladas nos passeios o que indiciava falta de varredura no local. Não basta, às vezes, termos as escolas prontas para receber as crianças, a envolvente também é importante.

Uma outra questão que gostava de colocar, Senhor Presidente, na informação que nos foi distribuída temos apenas relatórios da Sociedade de Reabilitação Urbana e da Empresa Municipal do Ambiente, não temos relatórios de mais nenhuma Empresa Municipal, e eu acho que era importante nós termos esse balanço para também podermos acompanhar e fiscalizar a atividade das diversas Empresas Municipais e também dos serviços da Câmara, sendo que normalmente faziam chegar esse tipo de informação. Olhando para a informação da Sociedade de Reabilitação Urbana, Senhor Presidente, nós temos aqui um problema, é evidente que não é da responsabilidade da Câmara a não resolução do problema da SRU, mas a verdade é que temos hoje uma Empresa que está em morte lenta e lendo o relatório vemos um conjunto de contratos de trabalho que não foram renovados, o que significa que trabalhadores da SRU foram para o desemprego. É sabido que nós CDU, sempre fomos contra a constituição da Sociedade de Reabilitação Urbana, mas uma vez que a Sociedade foi constituída todos aqueles que lá trabalham tem que merecer o nosso respeito, porque profissionalmente deram o seu melhor, independentemente das opções políticas que foram tomadas, e hoje



vê-los ali numa situação de morte lenta, irem trabalhar sem terem coisas para fazer é uma situação que não se pode prolongar e que, eventualmente, exigirá medidas que podem não passar pela resolução definitiva da municipalização da SRU, mas têm que passar por aproveitarmos estas pessoas, lhes darmos perspectivas e trata-las com a decência que elas merecem.

Uma outra questão que gostava de lhe colocar que é pontual, tem a ver com a chamada Casa de Chá do Parque da Pasteleira. Quem vai ao Parque da Pasteleira vê aquele espaço cada vez mais degradado, já foram adotadas aqui propostas, houve uma altura em que a Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro assumiu a responsabilidade por aquele espaço, mas a verdade é que o espaço continua a degradar-se e num parque bonito como é o da Pasteleira, onde foram colocados agora parques infantis com outra qualidade, efetivamente não podemos manter aquele espaço nessas condições devendo ser resolvido o problema.

Uma outra questão tem a ver com o Aleixo. As suas explicações são importantes, mas eu creio que está a persistir no erro, na tentativa de salvar um Fundo que objetivamente a Câmara já teve condições para acabar com ele. Este é um drama que se arrasta há tempo demais, o facto de agora parte do revestimento da fachada ter ruído não esconde o facto de que aquelas pessoas estavam a viver num inferno. Tive oportunidade de o escrever há um ano. Estavam a viver num inferno que, independentemente do revestimento cair ou não, o dia-a-dia daquelas pessoas era terrível, e elas já mereciam ter tido uma solução, porque as sucessivas opções que têm vindo a ser tomadas sacrificam aquelas pessoas e elas estão a viver em condições muito más.

Mas temos aqui uma situação, Senhor Presidente, e creio que depreendo das suas palavras, em que estas pessoas terão prioridade em habitações municipais e irão ultrapassar as cerca de mil famílias que estão neste momento em lista de espera na DomusSocial e, portanto, se essa é a opção, eu acho que ela tem que ser assumida como estarmos perante uma situação de emergência e que vamos fazer esse realojamento, significando que algumas das cerca de oitenta famílias irão para habitações do IRU. Caiu por terra a ideia de que, com a criação de um Fundo, os moradores do Aleixo iam regressar ao Centro do Porto. Foi assim que nos foi vendida a ideia, não foi por Vossa Excelência, mas quando foi criado o Fundo aquilo que foi dito foi que os moradores do Aleixo, que vieram da Ribeira para o Aleixo, vão poder regressar ao Centro do Porto, mas está visto que não vão regressar ao Centro do Porto, vão para outros Bairros.



Uma outra questão que eu gostava de colocar prende-se com obras que estão a aparecer no nó de Ciriaco Cardoso. Na revista Porto Sempre de outubro de 2011, se a memória não me traiçoa, foi dito que havia projetos aprovados ou licenças atribuídas, do ponto de vista de PIP, para a construção no nó de Ciriaco Cardoso. Neste momento está lá cheio de estaleiros e cheio de obras. Na referida revista Porto Sempre dizia que naquele local iam ser construídos 6 edifícios, das quais duas torres, uma com dezasseis e outra com catorze andares. O que eu gostava de saber é se efetivamente as obras que se iniciaram têm a ver com essa situação, se há ou não um PIP aprovado, como foi anunciado na revista da Câmara, naquela altura, e também mais à frente, quem vai em direção à Rua de Grijó, quase em frente à Renault Boavista, se é um hotel que lá vai ser construído. Gostaria de saber qual é o ponto dessa situação. Por último, eu fiz um pedido de informação por escrito, em junho ou julho, relativamente à situação do Fundo Porto Novo, em que a Câmara participava e que estava para terminar. Pedi um balanço da situação desse Fundo que ainda não me chegou. Gostaria de saber informações sobre essa matéria.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira respondeu que: "Sobre a limpeza, acho que a sua pergunta já foi respondida na minha intervenção anterior.

Sobre a informação, relatórios de empresas, espero poder dar-lhe essa informação rapidamente.

Sobre a Sociedade de Reabilitação Urbana. A Sociedade de Reabilitação Urbana está a viver uma situação de estertor que conhecem. Aquilo que acontece é que a Sociedade é detida a 60% pelo IRU e 40% pela Câmara. O Senhor Presidente do Conselho de Administração apresentou o seu pedido de renúncia ao cargo, sendo substituído por dois Administradores não Executivos.

Como sabe, foi negociado inicialmente, no âmbito do Acordo do Porto, a transferência dos 60% da Sociedade de Reabilitação Urbana para o Município do Porto com a garantia de um contrato-programa do Estado com a Sociedade de Reabilitação Urbana. Isso veio à Câmara, à Assembleia Municipal e houve uma resolução do Governo que foi aprovada. Chegou o novo Governo, mas eu já tinha tido o cuidado de falar com outras forças políticas que poderiam vir a assumir funções governativas, e o novo Governo confirmou inteiramente a vontade de levar o acordo a cabo, e aquilo que aconteceu foi que se enviou o processo para o Tribunal de Contas. Portanto, estamos a falar na



aquisição de 60% de uma participação do Estado por parte da Câmara, que também é Estado.

Entendeu o Tribunal de Contas, como sabem, chumbar o processo. Chumbou o processo, invocando que, a partir do momento em que passava a ser uma Empresa Municipal que a Empresa tinha que obedecer a um conjunto de exigências que são colocadas às Empresas Municipais, nomeadamente em termos de receita autónoma, ou seja, as Empresas não podem viver apenas de subsídios de Câmara, não podem viver de um contrato-programa. Com base nisso, e perante essa situação, o atual Governo, e bem, propôs a criação de uma nova Lei à Assembleia da República que foi votada, e que servia para as Sociedades de Reabilitação Urbana e também para as Empresas Municipais de Cultura. Entretanto, houve uma resolução do Conselho de Ministros, com base na nova Lei, para aplicar a nova Lei à SRU. O assunto veio a reunião de Câmara e veio à Assembleia Municipal, onde Vossas Excelências aprovaram, e isto voltou ao Tribunal de Contas, convencidos que estávamos que não haveria problema nenhum, na medida em que teria havido uma alteração legislativa que resolvia o problema das Sociedades de Reabilitação Urbana enquanto Empresas Municipais.

Aquilo que aconteceu foi que o Tribunal de Contas considerou que aquele caso estava julgado, e que, estando julgado, já estava chumbado e que, portanto, não iria voltar a ser reavaliado. Em função disto, nós ponderamos, em conjunto com o Governo, com o Senhor Ministro do Ambiente, duas ou três situações e tomamos uma iniciativa que nos parecia fundamental, atendendo a que a Empresa estava a ficar depauperada recuperamos para a Câmara as competências que podiam ser recuperadas, ou seja, toda a matéria do licenciamento e da fiscalização passaram para o Município, só houve uma que não passou, a dos quarteirões que têm plano estratégico aprovado, porque aí a lei que diz que a competência é das Sociedades de Reabilitação Urbana. Por exemplo, relativamente a D. João I, o buraco que ali está, as competências continuarão na SRU, enquanto esta existir.

Então admitimos duas hipóteses, uma delas seria avançar para a liquidação da SRU e a outra seria insistirmos naquilo que é a vontade do Governo, a vontade da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal do Porto e então propusemos uma nova alteração legislativa e vai ser lançada uma nova lei. É isso que nos está prometido. O Senhor Ministro Matos Fernandes pediu à Câmara para fazer esse trabalho, a Câmara pediu um parecer externo ao Senhor Professor Vasco Moura Ramos, o texto foi enviado para



o Ministério e o Ministério acolheu-o como sendo o mais adequado. Eu continuo a acreditar que, antes de me ir embora, a Sociedade de Reabilitação Urbana há de vir para a Câmara Municipal do Porto, e depois vamos ter que resolver várias coisas, nomeadamente a questão da residência de estudantes que está preparada para avançar e que é fundamental para o Morro da Sé.

Portanto, nós queremos voltar a pôr a Sociedade de Reabilitação Urbana dentro daquilo que são os planos da Câmara, como instrumento da Câmara, mas não sei que mais lhe diga, não consigo resolver isto de outra forma.

Coisas mais claras, Ciriaco Cardoso. Li com atenção, como leio sempre, a sua crónica no JN e queria dar-lhe nota que é uma obra que a Águas do Porto adjudicou no âmbito do coletor geral da Zona Norte e que visa tão-somente ligar a Boavista à ETAR de Sobreiras. Portanto, o trabalho que lá está a ser feito é um trabalho da Águas do Porto, é verdade que é em terreno privado e tem uma fase que deve durar dezoito meses, ou seja, deve estar pronto em setembro ou outubro do próximo ano, se tudo for cumprido. Creio que se recorda desse projeto, que era a ligação daquele coletor, portanto, aquilo que está lá a ser feito não é nenhum hotel.

Quanto a PIPs pedirei ao Senhor Vereador para proximamente o informar, se quiser, sobre essa matéria. Havia de facto um projeto, não sei qual é a situação, para um hotel naquela «ilha» e para o desenvolvimento urbanístico de grande dimensão, como se recorda, nas traseiras da Casa Veludo. Isso era conhecido à época, já ao tempo do Euro de futebol, mas o Senhor Vereador depois dará nota se isto está em vigor ou não. Mas não é isso que está a acontecer, o que está lá a fazer-se é um coletor que é importante para ligação à ETAR de Sobreiras.

A Casa de Chá do Parque da Pasteleira esteve entregue, de facto, à Junta de Freguesia, mas já regressou, por aquilo que eu sei, à Câmara. Como sabe, em termos da fiscalização houve alguns problemas com o museu que está a ser construído na parte de cima do parque, nos depósitos, que se vai chamar Reservatório e que vai ser o futuro Pólo Museológico da cidade. O Pólo está pronto, as coisas estão prontas para lá serem instaladas, mas houve problemas com as coberturas verdes. Nós estamos a preparar isso e pretendemos lançar simultaneamente com a abertura, ou antes mesmo da abertura do museu, uma hasta pública para este edifício, porque nós queremos que este edifício seja de apoio para cafetaria e também para a loja do museu, para criar um circuito e criar aqui dois Polos. Portanto, entendemos que mais vale ter as coisas prontas



e perceber quando é que vamos abrir o museu e então lançar concomitantemente isto como edifício de apoio ao museu. Como sabe o edifício foi abandonado em tempos em que o parque era menos usado, mas o parque agora está bem reabilitado, está em muito boas condições, tem havido lá um conjunto de atividades durante o verão, houve várias animações, as pessoas começaram a ir ao parque, portanto, eu acho que hoje em dia já haverá condições para que alguém se interesse por aquilo. Nós não vamos naturalmente explorar uma cafetaria, não faz sentido.

Quanto ao Aleixo, eu sei qual é a posição que a CDU tinha e nós, na altura, se calhar, há três ou quatro anos atrás, podíamos ter feito outra coisa, podíamos, mas há uma coisa em que eu acredito, é que nós vamos conseguir concluir este projeto e acho que os passos que demos, apesar de tudo, serviram para mitigar uma situação que nós encontramos e que era dramática. Acreditamos que muito proximamente terão início, se é que já não começaram, as obras na Travessa de Salgueiros e achamos que as Eirinhas vai ser um projeto muito interessante, que vai para além da dimensão que estávamos a falar. Portanto, é aquilo que se pode fazer, respeitando também os interesses dos privados que, apesar de tudo, se envolveram nisto e que seguramente não tiveram culpa. Até hoje, não tenho nada a apontar aos privados que na altura acreditaram que a Câmara era um parceiro, portanto, a Câmara também tem, perante esses parceiros, que assumir as suas responsabilidades e se esses parceiros entendem manter o Fundo do Aleixo, tal como foram convidados a participar ou entenderam participar, é a arte do possível.

Se me perguntar se eu gosto que foi feito de início, não gosto, tive a oportunidade de escrever na altura, ainda não tinha nenhuma responsabilidades políticas. Encontrei uma situação e procurei, na medida possível, resolver um problema muito complicado em que também houve muito azar, alguns dos parceiros foram parceiros azarados”.

A Senhora Deputada Cláudia Costa Santos (PS) interveio, dizendo que: “Surgiu durante esta semana uma notícia no *site* Porto., que foi replicada no Jornal Expresso, indicando que Rui Moreira irá promover a fixação de moradores com incentivos fiscais, uma proposta complementar à nova geração de políticas de habitação, promovida pela Senhora Secretária de Estado da Habitação, ao qual compete às Autarquias uma intervenção complementar e cooperante de uma política de habitação à escala nacional. Mas a habitação transcende o âmbito das propostas refletidas na notícia. A habitação



deve ser um elemento fulcral na composição urbana, da estrutura de povoamento e de coesão social que deverá ser apoiada pelo Plano Diretor Municipal, Plano esse que é referido na notícia, e muito bem, como um dos três instrumentos de atuação apresentados, peço desculpa, mas referiam quatro, mas eu não encontrei o quarto instrumento, o que nos leva a outro ponto, a proposta da densificação construtiva da cidade como solução apresentada numa perspetiva reguladora do mercado imobiliário e de solução para o défice habitacional na cidade do Porto.

Somos de opinião que a densificação urbana até pode ter algumas vantagens, mas que deve ser moderada no que diz respeito à volumetria dos edifícios e à tipologia da habitação. Esta suposta densificação leva-nos a crer que, a questão do alojamento poderá não estar a ser tratada segundo as necessidades das pessoas e das famílias como um todo, pois, das duas uma, ou se confinará essa futura possibilidade habitacional a um estrato social único, sob pena de se contribuir para a segregação social, ou se dará um contributo para o aumento da especulação imobiliária, com a possibilidade de os promotores das áreas em causa, ao verem aumentada a sua capacidade construtiva, terem o bónus de colocação de mais área útil no mercado aos preços praticados pelo mercado, o que justifica a valorização de soluções urbanísticas alternativas que evitem a promoção ou agravamento de problemas urbanísticos de programação, de desenho, de arquitetura e de composição. É o caso, e voltamos a insistir, do projeto apresentado pelo PS nas últimas eleições autárquicas, o Habita Porto, que assenta na concessão de terrenos municipais a promotores privados, com vista à construção e reabilitação, com a contrapartida de poderem rentabilizar como entenderem, de 35% da área construtiva, tendo os restantes 65% como destino o arrendamento acessível.

Não negamos a ambição deste projeto que visa distribuir pela cidade três mil casas com várias tipologias. Na altura seria proposto para o tempo de um mandato, e que implica um investimento avultado, ainda que ao alcance do Município do Porto, mas continuamos convictos da sua eficácia. É o modelo que tem sido perseguido em diversas cidades europeias, com bons resultados, e que está a ser adotado pelo Município de Lisboa.

Este regime de incentivos fiscais, proposto pela Câmara, poderá ter alguma utilidade, mas é uma resposta claramente insuficiente face à dimensão do problema.

Outra questão, para a qual gostaríamos de alertar o Executivo, relaciona-se com a regulação do preço do solo urbano. Para que seja possível a sua regulação, porque o



solo urbano tem peso no preço final da habitação, convém que ele seja inferior a 15%, isto quer dizer que, contas por alto, pelo menos 20% do parque edificado esteja em arrendamento de oferta pública a preços justos, para que sirva essencialmente de referência para o mercado.

Por isso, dificilmente as propostas de incentivos fiscais apresentadas, por si só, não terão qualquer impacto significativo na regulação do mercado habitacional da cidade do Porto, principalmente se não se assumirem outras políticas paralelas que desenvolvam uma identidade comunitária e reforcem a coesão social".

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite considerou que: "O ponto da Ordem do Dia em que estamos é realmente um ponto com uma latitude muito grande, mas eu não sei se foi o exemplo mais feliz, quer dizer, na véspera de ir a Executivo, amanhã de manhã, tanto quanto sei, a Assembleia estar a pré-comentar o que são as reuniões do Executivo.

Não sei se é o ideal, quando o ponto da Ordem de Trabalhos é precisamente comentar aquilo que foi a atuação do Município e a situação financeira, até porque todas essas questões terão que vir à Assembleia Municipal.

Portanto, há um bocadinho de latitude, mas eu diria que não excedamos. Quase tudo o que eu ouvi falar foi questões que nada têm a ver com aquilo que foi a atividade do Município. Há muita gente inscrita para falar e se cada minuto de intervenção proposto for para abordar questões que não têm qualquer relacionamento com a Ordem de Trabalhos, a Assembleia não tem fim. A Mesa tem 5 inscrições para uso da palavra e são onze e meia da noite e eu esperava que terminássemos os trabalhos da ordem do dia ainda hoje".

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira disse que: "A questão dos benefícios fiscais que amanhã vai ser apresentada, peço desculpa, mas não a vou discutir hoje.

Queria dizer o seguinte: ainda bem que concorda que não é através de benefícios fiscais que se resolvem os problemas todos, e eu acrescentaria, também não é através da criação de novos impostos que se resolvem os problemas todos.

Quanto à questão do Plano Diretor Municipal e da questão da densificação queria chamar-lhe a atenção, com todo o respeito, de uma coisa, eu acho que se deu conta



que nós vencemos as eleições, contestando exatamente, em grande discussão com o PS, a densificação da cidade e a ideia de que ela vai ser para uma determinada classe social. Eu contesto. Quando nós temos um produto escasso, que é terra, o aumento da densificação em sítios devidamente localizados e planeados, vamos diminuir o custo da terra no custo da habitação, qualquer que seja a tipologia, qualquer que seja o tipo de habitação. Eu peço-lhe desculpa, mas essa é uma posição em que o PS, durante muitos anos, discordou do meu antecessor.

A Senhora Deputada, que ainda por cima é Arquiteta, sabe bem que, por exemplo, no Foco temos uma densidade de 2.0 e no resto da cidade temos 0.8. Eu acho que o Foco é bom sob o ponto de vista urbanístico, portanto, nós estamos a proteger o Foco porque é bom.

Portanto, a ideia de que não se pode densificar a cidade, é uma ideia de que, na terra pouca que temos pouco se pode construir, mas isso foi sufragado pelos eleitores do Porto e nós apresentaremos, em tempo útil, um conjunto de medidas que não são muito diferentes da questão do *leasehold* da terra, mas, para isso, precisamos de um Plano Diretor Municipal que, por uma vez, olhe para a cidade como um território muito mais composto de realidades diferentes.

Nós achamos que há zonas da cidade que merecem mesmo ser densificadas, principalmente aquelas que são bem servidas por transportes públicos, que têm uma capacidade para crescer sem precisar de novas infraestruturas, aproveitando as infraestruturas existentes. Se não estiverem de acordo daqui a três anos temos eleições. Nós vamos discutir esse assunto no Plano Diretor Municipal e essa discussão é que vai presidir a essas opções".

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) referiu que: "O Senhor Presidente começou as informações sobre a atividade do Município com a nota de que estamos a começar um ano letivo e eu trago dois assuntos que, no nosso entender, estão diretamente ligados com este arranque do ano letivo.

O primeiro, numa ótica de ensino superior. Há pouco estávamos aqui nos nossos trabalhos e ouvíamos lá fora o ruído daquilo que é a atividade académica que está a arrançar na cidade e que tem a ver com a praxe. Tem colhido um largo consenso na sociedade a necessidade de se pôr fim a esta forma de humilhação coletiva sobre os novos alunos que chegam às Universidades. Esta é uma prática de dominação, promove uma



cultura de submissão e de vexação, reproduz comportamentos machistas e misóginos, enfim, são práticas que levam a situações dramáticas, levando algumas Faculdades do País a proibirem esta atividade.

Houve um apelo, em 2017, do Senhor Ministro do Ensino Superior relativamente a este assunto e, tendo em conta que com o início das aulas estas práticas começam a transbordar para o espaço público, tendo os jardins, as praças, as ruas e os transportes públicos tomados por estes grupos associados a estas práticas e desprovidos de qualquer legitimação, entendemos que o Município não pode compactuar com a apropriação de um espaço que é de todos.

Portanto, naquilo que toca ao arranque do ano letivo e à atividade do Executivo, queria saber até que ponto é que tem havido, na relação com as Associações Académicas e com a própria FAP, algum tipo de trabalho e de articulação que cuide desta situação na cidade, que não é exclusiva dos estudantes, é uma situação que diz respeito a todos que os aqui habitam, ou seja, o que é que tem sido feito relativamente ao facto de a FAP usufruir do espaço público para atividades regulares.

A outra questão que trazemos, ainda, no nosso entender, ligada com o arranque do ano letivo, tem a ver com a dimensão do papel das escolas, quando começa o ano letivo, que está também patente naquilo que é o acompanhamento das situações concretas de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, nomeadamente na articulação com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

Aquilo que me traz aqui tem a ver com a preocupação muito específica sobre o papel de uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, porque, tanto quanto podemos perceber, há uma mudança na estrutura da Comissão, ou seja, havia uma representação da Câmara que se alterou, inclusive a pessoa que estava como representante da Câmara era o Presidente da Comissão, e nestas alterações houve alguns solavancos naquilo que é a capacidade de resposta da Comissão.

Portanto, em prol daquilo que são os direitos das crianças e dos jovens, os direitos dos menores, os direitos das famílias, para acompanhar esta responsabilidade gigante que, no papel que compete à Câmara, existe, gostaríamos de perceber o que é que se está a passar na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, nomeadamente que critérios existem por detrás de qualquer tipo de opção que possa ter sido tomada.

Enfim, fazendo parte deste órgão fiscalizador parece-me que é importante colocarmos estas questões sobretudo porque as escolas, os professores, as equipas pedagógicas,



os psicólogos, educadores sociais, técnicos da Câmara, do Serviço de Educação e Ação Social estão empenhados no desenvolvimento pleno da criança e do jovem, o que engloba também estas questões.

Finalmente, uma última questão, o Aleixo. Dizer que o Senhor Presidente já trouxe aqui alguns esclarecimentos a questões que partilhávamos, nomeadamente, relativamente ao que é que acontece às pessoas, mas efetivamente aquilo que nos traz aqui reforça aquilo que percebemos todos, suponho, que isto é uma tragédia em três atos.

Neste momento, aquilo que estamos a perceber é que em 5 anos, desde que saiu do Executivo que criou esta situação, não houve uma solução para esta situação. Foi preciso chegar ao ponto em que temos uma situação de insegurança, tendo sido preciso a Proteção Civil chamar a atenção para esta situação, para se precipitar uma solução, quando nós devíamos pensar nisto numa perspetiva integrada que tem repercussões na vida das pessoas da cidade e não só das que vivem no Aleixo.

Neste momento, se vamos usar casas do parque habitacional da Câmara, as casas da Câmara são da cidade e são das pessoas da cidade, e se, em face de uma situação de emergência, vamos ter que usar casas que iriam ser disponibilizadas para pessoas que estão em lista de espera, é preciso perceber que estas pessoas do Aleixo, que têm que ser realojadas, e não há dúvidas em relação a isto, vão retirar o lugar às pessoas que estão na lista de espera. Sim ou não? Precisamos de perceber isto. E, a ser verdade, e é possível que seja, porque estamos perante uma situação de emergência, entendo que o Município, não é o Senhor Presidente Rui Moreira, tem que pedir desculpa às pessoas que estão perante situações de despejo por causa da Lei Cristas. O Senhor Doutor Rui Rio vai ter de fazer *mea culpa*, porque as pessoas que estão em situação de despejo e que estariam nesta lista de espera, que poderiam ter uma resposta de emergência social, como o Bloco aqui reclamou, deixam de a ter, porque foi criada a situação do Aleixo.

Relativamente ao Fundo, o Senhor Presidente trouxe aqui a informação de que há, de duas partes do Fundo, o interesse em avançar nos termos em que tinham sido acordadas as condições. A questão é que, se a memória não me falha, os termos já não vão poder ser cumpridos, porque uma das condições era que este Fundo ia construir as soluções habitacionais para as pessoas que iam sair do Aleixo e já não vai ser isso que vai acontecer, é a Câmara que está a ter que encontrar esta solução. Portanto, esse acordo já não está a ser cumprido, então, não vamos liquidá-lo, mas vamos perceber



em que condições. Isto é preocupante, sobretudo, tendo em conta o histórico todo que nos traz aqui hoje e que nos faz estar em face destas preocupações.

Última pergunta, relativamente à solução para as pessoas e àquilo que devia ter sido a parte do Fundo, que estamos a ver que não vai acontecer, prevê-se ou não que as pessoas, depois da obra concluída, as pessoas vão voltar? As pessoas do Aleixo que já saíram e as que vão sair agora vão voltar para aquele lugar ou não? As pessoas que dali saem têm o direito ao lugar”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite disse que: “Repetiria um pouco aquilo que foi dito: há propostas que são trazidas a esta Assembleia, mas nenhuma foi nesse sentido. Está, mais uma vez, a falar com base em declarações públicas pouco consubstanciadas em proposta, que nada têm a ver com a atividade passada do Município, tem a ver com declarações públicas plasmadas em notícias por parte do Senhor Presidente da Câmara. Portanto, é um tema que deixo à reflexão dos Senhores Deputados, se será o modelo mais eficiente de gerirmos o nosso tempo e tudo aquilo aqui que temos que fazer pelos nossos concidadãos. Anteciparmos tão em excesso as questões, pese embora a liberdade de expressão que têm, obviamente, de expressar as vossas preocupações e a liberdade que o Senhor Presidente tem para dar resposta não a tendo plasmada em propostas nem na atividade do Município”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira informou: “A Senhora Deputada, muito rapidamente sobre a questão das praxes. Não chegou ao conhecimento da Câmara, nem junto da Vereadora responsável pelo Pelouro da Juventude, qualquer reclamação, no âmbito do Conselho Municipal da Juventude, sobre a questão das praxes e nem a Reitoria nem a FAP não nos levantaram problemas.

Não tente fazer de mim polícia dos costumes, os Senhores fazem os acampamentos do BE que quiserem, a FAP faz as coisas que quiser. A questão do bom gosto ou não bom gosto são questões totalitárias, a mim não me ouvirá dizer nada, se houver algum problema de alteração da ordem pública, para isso existe acordo na Constituição, existe a Polícia de Segurança Pública, sobre a qual, felizmente, os presidentes de câmara não têm competências, não estando subordinadas ao gosto do Presidente da Câmara, e ainda bem.



Eu sou de um tempo, em maio de 68, em que nós nos opúnhamos a estas praxes por razões políticas, porque achávamos, de facto, que isto não devia ser assim, depois passaram a ser aceitáveis, é a liberdade, é uma sociedade de estudantes e a liberdade está a passar por aqui. Não me peça, por favor, para ser polícia dos costumes, com certeza que haverá quem o queira ser no futuro, comigo não contam. Aquela ideia de andarem todos fardados não foi inventado pelas praxes, foi inventado por alguns sistemas políticos que houve em Portugal que obrigavam as pessoas a andar com a farda da universidade nas praxes porque senão eram suspensas. Pelo menos agora as pessoas têm a liberdade de entrar ou não entrar.

Se perguntar se eu gosto muito de algumas coisas que vejo, não, não gosto e já chamei a atenção. Pessoalmente, como cidadão, vi uma vez que à porta do IPO, na Faculdade de Farmácia, estavam a fazer barulho e eu, como cidadão, fui lá e disse: não façam barulho porque aqui no IPO estão pessoas doentes. Aqui à porta da Câmara não me importa que eles o façam, da mesma maneira que, quando os Senhores mandam para aqui uns cidadãos estrangeiros com uns bombos, também não me incomoda, é normal é a liberdade que está a passar por aqui.

Nós antes do 25 de Abril, fazíamos estas coisas no Piolho e vinha a polícia secreta, a PIDE, correr connosco, mas eu não vou correr com os estudantes, deixem estar os estudantes, deixem-nos estar sossegados, eles depois ficam todos com bom gosto quando crescerem, estão aqui tantos que andaram a fazer praxe, por isso, não consegui acompanhá-la.

Relativamente àquilo que disse das CPCJs é muito fácil. Nos termos da lei a Câmara tem que designar, de três em três anos, os seus representantes e, desta vez, entendeu-se que a deliberação relativamente aos seus representantes devia competir ao Executivo e foi pelo Executivo que eles foram designados, de acordo com um processo absolutamente claro, ou seja, o Vereador responsável pelo Pelouro, recorrendo a Dirigentes e a funcionários desta Câmara Municipal, entendeu fazer uma proposta relativamente a essas pessoas. Esse é um poder discricionário do Executivo que eu não vou discutir na Assembleia Municipal.

Sobre o Aleixo eu já lhe disse tudo. Agora, há uma coisa, relativamente ao direito do sítio, eles não podem é estar no Aleixo, no Centro e estar em todo o lado ao mesmo tempo.



Quanto ao resto eu já respondi, não posso responder na mesma noite cinco vezes à mesma pergunta com tonalidades diferentes sobre a questão do Aleixo*.

O Senhor Deputado Fernando Bravo (PSD) deu conta que: “Vim aqui com uma questão muito específica que tem a ver com a segurança na cidade do Porto, nomeadamente, com algo que sucedeu nos meses de julho e de agosto. Refiro-me aos furtos em viaturas na nossa cidade, nomeadamente na zona mais ocidental do Porto em viaturas em geral, e na zona mais central, mais histórica da cidade, em viaturas de matrícula estrangeira ou alugadas por turistas que foram especial alvo nessa altura. Isso causou elevada preocupação nos cidadãos e obviamente afetou a imagem da cidade, principalmente no caso das viaturas conduzidas por turistas, tendo impacto na atividade económica ligada ao turismo.

Pode não parecer das formas mais graves de criminalidade, mas, nomeadamente na zona ocidental do Porto, não deixou de causar uma sensação de insegurança.

Portanto, são dois problemas diferentes, tenho consciência disso, mas ambos com alguma gravidade e que têm vindo a causar essa sensação de insegurança, que julgo que, importa combater.

Ao mesmo tempo, há não muito tempo atrás, a União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde tinha como estratégia, para melhorar a segurança nessa zona da cidade, pugnar pela construção de uma nova esquadra da PSP na zona de Nevogilde, e, na altura, na Assembleia de Freguesia, o PSD explicou que não se revia nessa estratégia, uma vez que, havendo uma esquadra em Aldoar e outra na Foz, não lhes parecia que isso fosse trazer resultados especiais e, ao mesmo tempo, tendo em conta a situação financeira do País, que ainda não está totalmente recuperada, dificilmente essa démarche teria sucesso. Portanto, nós sugerimos em Assembleia de Freguesia adotar outra estratégia, isto é, solicitar ao Poder Central mais viaturas e mais agentes para melhorar a segurança nessa zona da cidade.

Tendo isto em conta, gostaria de colocar então três questões muito concretas: se a Câmara procurou ou irá procurar implementar ou solicitar ao Poder Central medidas específicas para melhorar a segurança das viaturas de turistas nas ruas da Baixa; se procurou ou procurará implementar ou solicitar do Poder Central medidas específicas para combater os furtos em viaturas na zona de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde; e se, nessa zona, apoia a estratégia defendida pelo Executivo da União de Freguesias de



procurar convencer o Ministério da Administração Interna a construir uma nova esquadra em Nevogilde ou pugnar por colocar naquela zona mais viaturas e mais agentes".

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira deu nota que: "Mais uma vez coloca uma questão que não está no âmbito das competências da Câmara, como eu já o disse.

A questão da proteção e da segurança estão claramente definidas na Constituição como obrigação exclusiva, como monopólio do Estado Central, aliás, isso é uma definição do Estado moderno, nós saímos do Estado Feudal para o Estado Moderno exatamente evitando que a proteção e a segurança pudessem estar na mão de grupos, de regiões ou de barões e, portanto, aqui nesta matéria é assim, a competência é única e simplesmente da Polícia de Segurança Pública. A Câmara Municipal do Porto tem vindo, ao longo pelo menos dos últimos cinco anos, mas também já o meu antecessor falava no assunto, a referir aquilo que tem sido o desinvestimento do Ministério da Administração Interna na Polícia de Segurança Pública. Nós hoje temos na cidade do Porto o mesmo número de agentes que tínhamos em 1948 e, naturalmente, hoje temos maiores exigências. E veja bem, apesar de tudo a Polícia Municipal aumentou os seus efetivos, a Câmara Municipal do Porto fez um grande investimento em recursos materiais e meios humanos, o que libertou a Polícia de Segurança Pública de algumas das funções que tinham, nomeadamente na questão de trânsito, que é o limite onde podemos ir, mais do que isso a Polícia Municipal não pode fazer. Portanto, aquilo que nós temos vindo a exigir junto do Governo Central, deste e do anterior, é que é preciso polícia. É preciso agentes, é preciso recursos e é preciso meios para essa polícia.

Quanto à questão das esquadras, não compete ao Presidente da Câmara fazer o mapeamento das esquadras, compete-lhe ajudar o Ministério da Administração Interna a resolver, quando ele tem problema com as esquadras e nesse aspeto sempre fomos ouvidos, quer pelo anterior Governo, quer por este.

Quando se falou, por exemplo, no encerramento da esquadra de Cedofeita, ali em conjunto com o Senhor Presidente da Junta encontrou-se uma solução e, como sabem, essa solução está há quatro anos para ser implementada. Acho que as obras ainda não começaram, mas, pelo menos, com o auxílio da União de Freguesias, encontramos uma solução, ou seja, conseguiu-se encontrar uma solução que há de resolver uma exigência da população.



Eu não sou especialista em matéria de policiamento, em matéria de segurança, portanto, não lhe sei dizer se uma esquadra em Nevogilde resolve o problema, devo dizer-lhe, no entanto, que há uma equação que lhe posso dar, se o número de agentes da polícia for constante não é recomendável a abertura de novas esquadras, porque cada esquadra precisa, para o seu normal funcionamento, de um número de agentes que logicamente permitam fazer o policiamento fora. Isto é uma equação que eu conheço, não lhe posso dar mais do que isso, não sou especialista.

Quero dizer que, relativamente à questão dos furtos, eu acompanho a sua preocupação, preocupação que me tem sido relatada também pelos nossos concidadãos, quer no Centro, quer na zona ocidental. Hoje há um mercado internacional de peças, principalmente de algumas marcas, e, segundo as notícias, julgo que a polícia tem feito algumas apreensões e algumas detenções e acredito que a investigação possa contribuir para isso.

Devo dizer-lhe que, onde a Câmara não encontrou, até agora, coerência da parte do Poder Central foi, em primeiro lugar, relativamente aos meios video, podendo haver porque nós propusemos e temos meios montados e disponibilizados no CSI que podiam ser visualizadas pela polícia. Isso não tem sido aceite pelas autoridades competentes e não vejo porquê, porque não se pretende identificar a cara de ninguém. Hoje em dia conseguem-se meios, através de infravermelhos, apenas para perceber se há concentração de pessoas em determinadas áreas, mas, enfim, não temos conseguido. Uma outra ideia que nós lançamos, e mais, dissemos ao Ministério da Administração Interna que estávamos interessados, foi a reativação dos guardas noturnos. Pedimos ao Ministério, trabalhamos no assunto e apresentamos inclusivamente uma proposta de lei. A Câmara Municipal do Porto pagaria isso, não estávamos à espera que fossem os munícipes a pagar, isso seria muito eficiente em alguns bairros e algumas zonas, mas até hoje estamos à espera que o assunto seja aprovado. A Senhora Secretária de Estado da Administração Interna, que aliás é portuense, aprova a ideia, mas é preciso que o Ministério das Finanças aprove, por uma razão, porque é preciso criar uma nova classificação na função pública que não existe.

Um guarda-noturno não é um polícia, mas é um elemento importantíssimo e uma garantia para os cidadãos, é um conforto, principalmente numa cidade em que temos uma população cada vez mais envelhecida. Nós gostávamos de os equipar, a polícia tinha condições para fazer a sua formação, mas, infelizmente, há este problema. É por isso



que, muitas vezes, quando nos propõem que a Câmara venha a desempenhar novas funções que hoje estão externalizadas eu recordo este modelo dos guardas-noturnos. Como digo, a Senhora Secretária de Estado, Isabel Oneto, que todos conhecem, achava essa ideia ótima, a Câmara tinha recursos, a Polícia estava preparada para os formar, mas depois há um problema da função pública, porque não se consegue criar uma nova classificação. O Ministério das Finanças, peço desculpa pela expressão, chutou para canto e, portanto, até hoje não houve mais nada. Com certeza que daqui a vinte anos haverá guardas-noturnos, mas eu gostava que houvesse já e foi o modelo que nós propusemos na nossa primeira campanha eleitoral. É um modelo que está testado em muitas cidades europeias e funciona muito bem em zonas residenciais e em zonas comerciais. Era um contributo ativo do Município para o trabalho da Polícia de Segurança Pública, porque, no fundo é o *whistleblower*, aquele que toca o apito e dá o alerta para alguma coisa, ou seja, o guarda-noturno tem este papel. Não conseguimos até hoje, pode ser que um dia se consiga”.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) informou que: “Nós trazemos dois assuntos e prometemos ser breves. O primeiro prende-se com as acessibilidades, nomeadamente de uma área específica da cidade e, encontrando-se estes registos nos documentos que recebemos, sabendo nós que tendo havido já intervenção nas ruas Fernão Lopes, Rui Pina, André de Resende e sendo estas as artérias principais das Torres Vermelhas, demos conta que os arruamentos interiores, os seus passeios e os acessos aos prédios, ficaram sem intervenção ao nível das acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida.

Também os moradores desta zona habitacional, no abaixo-assinado que fizeram chegar ao Executivo, solicitavam que fosse analisada a possibilidade de colocar passadeiras e obstáculos para reduzir a velocidade, com vista a proteger as crianças que por ali brincam. Como esta parte não aconteceu e sabendo também que houve uma recomendação no Executivo, em 18 de fevereiro de 2014, em que esta questão das acessibilidades estava prevista para esta zona habitacional, a questão que gostaríamos de colocar era se ainda haverá intervenção nesse sentido e se estes problemas ao nível da acessibilidade, nomeadamente de pessoas, como já referi, com mobilidade reduzida que habitam naquelas Torres, ficarão resolvidos.



O segundo ponto, prende-se com a nossa preocupação, analisados também os documentos que chegaram, relativamente à ausência de atividade em matéria de políticas de captura, esterilização e devolução das colónias de gatos da cidade, sabendo nós que no próximo dia 23 de setembro entrará em vigor esta Lei, embora a Portaria n.º 146/2017 já recomendasse que gradualmente fossem implementadas. Portanto, a questão que colocamos é, quando é que teremos políticas de controlo da população para evitar a sobrelotação do canil municipal".

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira explicou que: Sobre as Torres Vermelhas, as acessibilidades de que tem falado referem-se a passeios em vias exclusivas para uso automóvel. Isto tem a ver com a forma como o bairro foi desenhado nos anos 60. O Urbanismo dos anos 60 era assim e, portanto, não temos, por aquilo que foi visto, condições para garantir nessas vias as acessibilidades que gostaríamos de garantir e que é possível garantir em sítios da cidade em que o urbanismo é diferente. Não temos essa possibilidade.

Nós, de vez em quando, encontramos pessoas que nos dizem que, em determinada rua, é preciso garantir, por exemplo, e este projeto da Rua Direita é um projeto desses, um conjunto de valências sucessivas. O problema é que elas não cabem nesses arruamentos e ali nos Bairros vermelhos onde elas não foram feitas não têm condições, porque eles não foram imaginados assim. A circulação dos peões tem que se fazer por outros percursos que não nesses.

Quanto à questão da política de esterilização, eu sei que nós estamos a trabalhar com essa matéria com algumas associações. Queria dizer-lhe, ainda assim, que o canil estará pronto em breve, não se chama canil mas centro de recolha. Temos ainda assim um pequeno problema, que é bom que os Senhores tenham presente, há centenas de animais que são largados todos os anos pelos seus proprietários no espaço público, estamos a falar de muitas centenas, não sei quinhentos, seiscentos, provavelmente ou mais. Neste momento, naturalmente, eles têm todos que ser mantidos e vão ser levados ao canil pelas nossas brigadas ou porque são entregues na Polícia Municipal.

Um canil normal, como sabe, com as condições que todos nós pretendemos, tem uma capacidade para duzentos animais. Portanto, eu acho que é tempo de fazer uma campanha de sensibilização para lembrar às pessoas que, quando as pessoas compram um cãozinho para os filhos ele vai viver entre dez a quinze anos e que, durante esse



período, vão ter muitas despesas com ele, porque ele tem que ir ao veterinário, tem que ser alimentado e tem que ser tratado. O que não vale é comprar o cãozinho e depois quando vão para férias deitar o cão na via pública. Dessa forma não há capacidade, não vale a pena. Não há nenhuma hipótese de as cidades terem resposta para isto. Os cães e os gatos podem durar quinze anos ou mais e ficam com os mesmos problemas que nós, vão envelhecer e vão representar um gasto muito elevado para as famílias, portanto, as pessoas vão ter que se consciencializar que quando fazem essa opção estão a fazer uma opção por muito tempo e para quem, como eu, como a Senhora Deputada gosta muito de animais, esta responsabilidade também tem de existir, porque se nós queremos que os animais tenham tratamento, que não sejam abandonados, temos que fazer alguma coisa por isso. De outra maneira não vejo como é que, no futuro, as cidades vão conseguir resolver este problema. Nós não podemos construir anualmente três centros de recolha para os animais porque as pessoas consideram que é uma maçada ter um cão, porque por acaso foi ao veterinário e o veterinário disse que custa muito dinheiro.

Portanto, um dia havemos de falar aqui seriamente sobre este tema. Este é um tema muito sério e se é verdade que no caso das colónias de gatos é relativamente fácil devolvê-los ao meio ambiente isso também tem algumas consequências, como sabe, nomeadamente, mas vamos ter um problema maior com os cães, porque os cães não os podemos soltar no espaço público, como sabe melhor do que eu, portanto, eu não sei muito bem como é que vamos resolver o assunto”.

O Senhor Deputado Pedro Baptista (RM) fez uma interpelação no âmbito dos esclarecimentos prestados: “Eu não podia estar mais de acordo com a intervenção que acabou de fazer em relação aos cães, porém, queria chamar a atenção do seguinte: não é criando todo o tipo de dificuldades às pessoas que resgatam, não é às pessoas que vão comprar o cãozinho, é às que resgatam cães da via pública e os adotam como pessoas de família, na expectativa de 10/15 anos, pagando o IVA brutal de 23% nos seus medicamentos, quando os humanos, pagam uma percentagem muito menor, nem com todo o tipo de coações, de perseguições, algumas das quais eu compreendo, mas que são exageradas, nomeadamente todo o tipo de taxas, de multas e de coisas que vêm a seguir. Não é assim que se ajuda, porque eu, se não tivesse meios mínimos,



punha seriamente em causa aquilo que fiz toda a vida, que foi ter sempre cães encontrados na rua, poupando ao erário municipal essa despesa.

Portanto, eu acho que é preciso contenção nos meios de repressão que está a haver sobre as pessoas que têm canídeos, que os amam e os consideram família”.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) agradeceu os seus esclarecimentos prestados e disse: “Senhor Presidente, realmente a minha pergunta prendia-se unicamente com a captura, esterilização e devolução, ou seja, implementar a Portaria que já está em vigor e era precisamente para perceber quando é que no Porto teremos estas políticas também”.

O Senhor Deputado Serafim Nunes (PS) interveio, dizendo: “Eu vou tentar cingir-me estritamente à Ordem de Trabalhos e vou debruçar-me sobre a questão das finanças municipais.

A minha intervenção é uma narrativa um bocado diferente sobre a situação das finanças municipais, o que não deve constituir novidade para ninguém, e é substancialmente diferente daquela que tem sido feita pelo Senhor Presidente da Câmara, que hoje mesmo acabou por ser aqui repetida, não por uma qualquer teimosia minha, mas apenas e estritamente com base naquilo que são os números à data de hoje.

Então, vou ler o seguinte: «A síntese financeira referente a agosto, ou seja, a dois terços do ano, aponta para o reforço da receita municipal do Município, em linha, aliás, com o que já se desenhava na execução orçamental de maio, ainda e sempre por arrasto da atividade imobiliária, mas aponta também, e sobretudo, para mais um ano perdido em termos de investimento executado, isto é, o investimento executado deve andar muito próximo do investimento realizado, na medida em que é afirmado, e parece confirmar-se, que a Câmara paga a tempo e também não é de supor que os autos de medição das obras andem atrasados, portanto, se os autos de medição das obras andam em tempo e se as faturas são pagas a tempo o que é espelhado com o pagamento em relação ao investimento deverá corresponder, de uma forma muito estreita, àquilo que é realizado.

Se é verdade que a despesa global cresce 17,2%, induzida por um crescimento significativo da despesa de capital, que cresce 47,7% em relação ao período homólogo do ano anterior, não é menos verdade que os 32,5 milhões de euros de despesa de capi-



tal, realizado nos primeiros oito meses do ano, correspondem apenas a 28,5% da projetada e prevista, em sede de revisão orçamental, e que soma 113 milhões de euros, ou seja, até ao final de 8 meses a despesa de capital realizada não corresponde sequer a 1/3 daquela que foi estabelecida em sede de revisão orçamental.

Mesmo dando de barato que toda a despesa de capital referida na síntese se reporta a investimento, e não reporta, mas com a informação disponível não é possível fazer destriça, tudo aponta para que, no final do ano, o nível de realização de investimento se quede muito aquém do prometido, salvo um qualquer milagre, que não se antecipa, no último quadrimestre. É menos de 1/3 de investimento realizado em 2/3 do tempo decorrido. Não surpreenderá pois, que no final de 2018 novo e chorudo saldo de tesouraria se venha a verificar, não como reflexo de qualquer estratégia de gestão bem conseguida, mas, pelo contrário, como sinal e medida da capacidade de concretizar os investimentos prometidos e programados.

Como aqui já referi não é na gestão da receita ou da despesa corrente que reside a ciência orçamental. Não quero com isso dizer que nos possamos distrair do controlo dessas duas variáveis, mas elas têm uma inércia própria dificilmente contrariável, muitas vezes exógena à influência do poder municipal, tal como a receita fiscal, por exemplo, pouco mais restando ao gestor municipal do que a eles se acomodar.

É na gestão do investimento municipal, no cumprimento da programação prometida, no lançamento atempado das obras e no regulamento da sua execução, que se manifesta sobretudo a arte de gerir um município e, nessa matéria, caros e caras colegas, parece que caminhamos inexoravelmente para mais um ano perdido ou, em português suave, menos conseguido».

O Senhor Deputado Alfredo Fontinha (PS) disse que: "Já não tenho muito tempo para dizer aquilo que pretendia dizer, portanto, vou ficar na parte final que tem a ver com a Cidade Cooperativa da Prelada.

A Cidade Cooperativa da Prelada, construída e começada a habitar em 1993, foi feita por um conjunto de sete Cooperativas e foi um oásis que, naquela época, surgiu no Porto. Espaços aprazíveis, jardins muito bem tratados, árvores, limpeza, relva, era realmente um sítio fantástico para se viver. Talvez até com o peso dos anos, 25 anos, comecem a surgir muitos problemas, como seja, buracos nas ruas, nos passeios, falta de paralelos e quanto a relva e às árvores, há lá choupos que são mais altos que os



prédios, e os prédios têm entre seis a oito andares. Há lá uma escultura fantástica do Escultor Zulmiro de Carvalho, que está completamente bloqueada pelos choupos, ninguém vê a escultura, e eu, que passo por lá e que convivo com muita gente de lá, acho que, efetivamente, aquilo está francamente mal, Senhor Presidente. Aquilo que diz respeito aos condomínios, nomeadamente os jardins ainda estão bem tratados, agora, o que é espaço público está tudo muito mal tratado e era preciso pôr mão naquilo.

É transversal à cidade do Porto, não vou estar aqui a falar de lixo, já se disse, mas é evidente que lá não há um problema de falta de civismo, há falta de contentores e aqueles que existem estão cheios.

E há outro problema, Senhor Presidente, que também é transversal à cidade do Porto é que qualquer rua por onde se passe e onde haja árvores as sargetas estão cheias. Se houver aí 2 ou 3 dias de grandes chuvadas a cidade pode ficar entupida”.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) referiu: “Apenas alguns aspetos para fazer umas precisões.

Senhor Presidente, relativamente à Sociedade de Reabilitação Urbana, conhecemos a história e todo o processo, mas não é admissível mantermos a empresa e aquelas pessoas naquela situação. Temos que arranjar formas daquelas pessoas serem ocupadas e não estarem a ser humilhadas numa situação de uma empresa que está a morrer, no estertor, porque nós não podemos permitir essa situação, temos que ter ocupação para elas e dar-lhes dignidade no trabalho.

Relativamente à situação do Aleixo, Senhor Presidente, e peço desculpa, o Senhor Presidente há bocado disse que nós estamos cá há muito tempo, eu recordo-me de como o Senhor Vereador Paulo Morais, na altura, quis fechar o Mercado do Bolhão. Surgiu uma notícia que o Mercado do Bolhão estava a cair, o Senhor Vereador disse que aquilo estava a cair, que era preciso fechar imediatamente e depois viu-se que o Mercado do Bolhão teve mais uma dezena de anos em funcionamento. Nós temos uma situação no Aleixo que é, de facto, muito grave, o problema da construção é um problema que se soma a todo o estado de degradação em que aquelas pessoas são obrigadas a viver por culpa do poder político, é necessário tomar medidas e há uma coisa que eu gostava que me fosse garantida, Senhor Presidente, é que não haverá nenhuma construção no terreno do Aleixo antes de o Fundo entregar todas as casas a que se comprometeu, porque aquilo que estava previsto era que o realojamento dos morado-



res seria feito em casas construídas e só a partir daí é que o terreno ficava livre. Eu acho que essa questão é fundamental.

A segunda questão é se é ou não possível tentar que o Fundo se responsabilize por disponibilizar casas, nem que tenha de as adquirir no mercado privado, para realojar esses moradores, de forma a conseguirmos fazer o equilíbrio entre estes moradores, o seu realojamento e as cerca de mil famílias que estão em lista de espera. Acho que valia a pena tentarmos encontrar uma solução nesse sentido.

Relativamente ainda às questões do Urbanismo, Senhor Presidente, apenas o seguinte: eu li no Público, no sábado, que a Arrábida teria servido de contrapartida num negócio sobre os terrenos do Parque da Cidade. Eu, que era Vereador naquela altura, senti-me extremamente mal porque nunca essa informação foi dada em reunião de Câmara e o acordo a que se chegou foi votado em reunião de Câmara. Portanto, quando estamos neste momento a fazer uma obra de instalação de um coletor da Águas do Porto num terreno privado, para o qual foi anunciada uma construção, aquilo que eu queria saber é se há algum compromisso assumido com os proprietários daquele terreno e se há ou não algum projeto para aquele local ou se há alguma contrapartida pela passagem desse coletor”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira informou que: “Quanto a nós não deixarmos fazer nada no Aleixo enquanto não houver casas, de acordo com aquilo que está contratualizado, tem o meu compromisso enquanto eu for Presidente da Câmara.

Quanto à questão que levantou na sua crónica, como lhe disse, o Senhor Vereador do Urbanismo poderá esclarecer sobre quais são os PIP existentes, os direitos existentes. Aquilo que eu lhe posso dizer, quanto à informação que me pediu, é que aquela obra que lá está a ser feita é uma obra da Águas do Porto e, portanto, julgo que isso o tranquiliza, até porque sei que conhece bem este processo e dificuldade que nós sempre tivemos ali com aquela ligação das Sobreiras.

Quanto aos habitantes que estão no Aleixo e à possibilidade de se alugarem casas para eles no mercado, se essas casas existissem em condições razoáveis, não precisaria de ser o Fundo a fazê-lo, nem seria bom que fosse o Fundo a fazê-lo, o que seria bom era vincular o Fundo a cumprir o contrato que tem connosco e, naturalmente, aí seria a DomusSocial, com certeza, a resolver essa situação. Aquilo que sucede é que, no mu-



nício do Porto, como sabe, essas casas não existem, nós sabemos que elas não existem, se existissem, não havia o problema da habitação, nós já admitimos isso, chegamos mesmo a pensar, no tempo do anterior Executivo, olhar para concelhos limítrofes, só que isso tem um problema político, como compreende, porque há concelhos limítrofes onde essa situação também existe, mas foi considerado que politicamente era impossível, e de qualquer maneira duvido que o Tribunal de Contas aprovasse. No município do Porto não há, quem vai tendo casas é naturalmente o IRU e nesse sentido o Senhor Vereador Fernando Paulo teve uma conversa com a Senhora Diretora Regional do IRU, que aliás foi muito solícita, tendo sido ela até que falou na disponibilidade para auxiliar, porque já tiveram anteriormente algumas destas experiências. Em tudo o resto não é crível que, no prazo que nós precisamos para retirar as pessoas, se possam encontrar grandes soluções alternativas.

Portanto, sim, é verdade, estas pessoas farão parte da lista de pessoas a alojar. Para quem percebe, esta lista não é estática, há várias situações de emergência, em que algumas dessas pessoas também têm critérios preferência e, portanto, aquilo que nós vamos considerar é que neste caso, e há outros casos assim, nomeadamente por razões de saúde ou em situações de violência familiar, há um conjunto de circunstâncias em que são dadas prioridades. Por exemplo, para as casas que foram disponibilizadas no Centro Histórico foi feita uma listagem das pessoas que já tinham vivido naquela zona, portanto, isso é a gestão do parque. Agora, se me perguntar se isso vai aumentar a pressão sobre a habitação social, vai, e vai por razões variadas, porque, como nós bem sabemos, o Estado Central não tem dado qualquer contribuição para habitação social no Porto desde 2007 ou 2009, isto é, não tem havido investimento do Estado em habitação social e por isso hoje há uma fortíssima carência.

Nós temos cerca de mil famílias em lista de espera, considerando que temos uma taxa de entrega de mais de uma casa por dia, percebemos que aquilo que seria um ritmo normal de entrega de casas do Município não se coaduna, apesar de tudo, com as necessidades crescentes de uma população que não encontra resposta no mercado, mas isso nós sabemos e reconhecemos.

Fiquei de lhe responder sobre o Fundo, peço-lhe desculpa se essa informação não lhe chegou, ela pelos vistos chegou ao meu Chefe de Gabinete para lhe ser enviado, mas isso não foi perdido, eu vou enviar-lhe a informação. Aliás, já há informação mais atualizada sobre o Fundo”.



O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PSD) deu nota que: "Gostava de abordar um assunto que ainda não foi abordado por ninguém. Trata-se de um assunto, relativamente ao qual, a seu tempo, o Senhor Presidente anunciou que iria ter um prazo de cumprimento, que infelizmente não se verifica. Refiro-me àquilo que pretenderia ser a Casa do Cinema da Cidade do Porto, mormente a questão do Cinema Batalha e do contrato de arrendamento que foi celebrado com os seus proprietários. Eu creio que foi aprovado, por unanimidade, quer no Executivo, quer depois também na Assembleia Municipal esse contrato de arrendamento, tendo sido sufragado por todas as forças políticas, até com algum entusiasmo, não obstante algumas reservas que desde logo manifestamos e que já vamos ver que infelizmente se estão a confirmar. O contrato terá sido assinado por volta de janeiro de 2017 e pouco depois, em julho, penso eu, o Senhor Presidente anunciava que o investimento na recuperação daquele Cinema iria ser de cerca de 2,5 milhões e de euros, creio que foi isso que foi anunciado, e o contrato de arrendamento prevê um prazo de duração de 25 anos com uma renda de 10 mil euros por mês.

Ora, as notícias que nós temos é de que dificuldades diversas, até devido ao estado em que o Cinema se encontra, não permitem concretizar sequer a estimativa inicial de 2,5 milhões de euros. Portanto, gostaríamos de saber se já há uma estimativa aproximada do custo de intervenção no Cinema Batalha, pois preocupa-nos a circunstância de, tanto quanto julgo saber, não obstante ter sido anunciado, creio que ainda em maio deste ano, que pelo menos até agosto o projeto de execução teria que estar já concluído e o concurso para a execução das obras da sua beneficiação e reparação concretizadas e já no terreno a partir de setembro.

A pergunta que eu faço é o que é que se passa com o Cinema Batalha, mormente no que diz respeito à concretização do projeto de execução.

O problema aqui é que, como a seu tempo neste mesmo púlpito reservei, me parecia que a renda era relativamente elevada, podendo originar uma relação muito periclitante e de difícil equilíbrio entre o custo e o benefício que se devia ter em conta.

Ora, já passaram quase dois anos desde o início do contrato e aquilo a que nós estamos a assistir é que nem as obras de reparação começaram.

A nossa pergunta é se é possível ou não renegociar os termos do contrato ou estabelecer um período de carência superior correspondente ao período das obras que são



necessárias realizar, porque neste momento a Câmara está a pagar uma renda e não tem a fruição do espaço, enquanto o senhorio goza de uma benfeitoria muito para além daquilo que estava inicialmente previsto”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira disse que: “Eu sei que para o PSD, que teve o Cinema Batalha entregue à Associação dos Comerciantes, que deram cabo daquilo e tiveram muita atividade, como nós recordamos, o Cinema Batalha é um engulho. Para nós não é. Para nós o Cinema Batalha é das coisas mais importantes que existe na cidade.

Nós tentamos adquirir o Cinema Batalha, mas nós temos muito respeito pelos direitos históricos daquela família, uma família de lutadores que, por causa da tradição que tiveram, não querem vender o Cinema e por isso nós entendemos alugar o Cinema, pelo receio de ele vir a ser transformado noutra coisa qualquer, por exemplo num Hotel, como o Águia D'Ouro ao lado, e isso nós não queríamos.

É verdade que nós na altura, ao olharmos para as patologias do edifício, pensamos que ele tinha menos patologias do que as que se vieram a verificar, é verdade também se pediu ao Arquiteto Alexandre Alves Costa para fazer um levantamento exaustivo e nós, neste momento, temos o projeto e temos o projeto de execução pronto, a única coisa que falta é relativamente a alguns dos equipamentos que vão ser necessários instalar e que nós pretenderíamos, na medida do possível e para simplificar, lançar já no mesmo concurso internacional.

Portanto, as coisas avançarão e o custo será aquele que for, não lhe posso ainda dizer, será seguramente mais do que 2,5 milhões de euros, é verdade, mas a cidade tem contas que permitem fazê-lo. É uma opção nossa.

A situação mais complicada do Batalha não é essa, nós, numa altura em que tínhamos legítimas expectativas e esperanças, tínhamos pensado no Batalha no sentido de fazermos a Casa do Cinema do Porto e, bem contra a vontade de algumas forças políticas, termos uma Empresa Municipal de Cultura. Por razões que todos conhecem, a Empresa Municipal de Cultura, apesar de a lei ser clara sobre essa matéria, também está no Tribunal de Contas e adiada para as calendas gregas, o que nos obriga a pensar muito seriamente num modelo de gestão do Cinema Batalha, pois como calcularão dentro do universo do Município é extraordinariamente difícil, dada a especialidade dos recursos humanos que são necessários para gerir o Cinema Batalha, mas sobre essa



matéria nós temos algumas ideias que eu espero poder anunciar brevemente à Assembleia Municipal. Isto pode passar possivelmente, não havendo uma Empresa Municipal, por fazermos modelos parecidos com os que foram feitos, por exemplo, em Guimarães ou em Viseu, onde encontraram formas associativas e nós, no Porto, temos formas associativas claras, temos, por exemplo, o Cineclube do Porto, portanto, poderemos ter que utilizar o associativismo existente para conseguir levar a cabo o projeto cultural que nós pretendemos para ali e que a cidade tanto deseja.

Mas isso ainda não vos posso antecipar, o que digo é que temos o problema, porque lançando a obra temos depois um horizonte e precisávamos entretanto de ir trabalhando, e tínhamos o modelo pensado. Esse modelo pensado era um modelo fundamentado na necessidade imperiosa de uma Empresa Municipal, não a tendo, quem não caça com cão caça com gato, portanto, teremos que encontrar outra forma qualquer”.

A Senhora Presidente da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Sofia Maia referiu que: “Só agora venho falar do Aleixo, preferi ouvir primeiro os outros intervenientes que falaram no Aleixo, para depois, como Presidente da Junta onde se insere o Aleixo, poder dizer algo.

Em relação ao Aleixo, eu, antes de mais, quero deixar aqui ao Senhor Presidente da Câmara, ao Executivo, e também ao Dr. Fernando Paulo, um muito obrigada pelo que fizeram pelo Aleixo.

Eu ouvi muita coisa aqui sobre o Aleixo, mas a maior parte das pessoas o que falaram foi teoria, porque nunca lá foram, eu estou à vontade porque vou lá todas as semanas e sei muito bem o que é que se passa no Aleixo, e mais do que o Aleixo, mais do que o Fundo e mais do que a PSP, eu não vou falar de Fundos, porque não me compete, não vou falar da PSP nem do que se passa ali, o que eu tenho que falar é de pessoas.

Eu quero dar os parabéns ao Dr. Fernando Paulo pelo desafio que lhe lancei há um ano atrás, ainda o Dr. Fernando Paulo não era Vereador, era Presidente da DomusSocial, que se disponibilizou para ir comigo e fazer uma visita às Torres do Aleixo. Quando eu digo ir às Torres do Aleixo, não é passar de carro em frente às Torres, todos nós passamos, é para fazer a visita dentro das Torres, é fazer a visita dentro dos apartamentos, falar com as pessoas, com aquelas que, melhor ou pior, estão lá e são seres humanos.



Sei que o Dr. Fernando Paulo, e muito bem, comunicou ao Senhor Presidente que tinha aceitado o desafio e, depois da visita, uma das primeiras coisas que fez, juntamente ainda com o Senhor Vereador Filipe Araújo, foi fazer limpeza e olhar para aquelas pessoas como pessoas.

Senhor Presidente, da parte da União de Freguesias – Executivo, Assembleia de Freguesia e Assistentes Sociais, conforme já tinha comunicado ao Senhor Vereador, tem todo o apoio que precisar.

Mais uma vez, muitos parabéns pelo que fizeram. Agradeço, Senhor Presidente, por apenas numa semana ter reparado como realmente aquilo estava, não dá mesmo para viver ali. A maior parte dos presentes não estiveram lá e só quando aquilo caísse em cima das pessoas e houvesse ali mortos é que percebiam que primeiro estão as pessoas e não o Fundo. Por isso, deixem-nos tomar conta do Aleixo porque ele está bem entregue”.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) afirmou que: “Eu prometo ser telegráfico porque a esta hora já ninguém ouve nada, e eu percebo que ninguém ouça nada, e a atenção é difícil de conquistar.

Há coisas que não se agradecem e que apenas se reconhecem. Eu não posso dizer que esperava que as forças políticas da oposição falassem no tema, mas tinha uma secreta expectativa de que isso pudesse acontecer.

Eu queria realçar, pelo significado político que a medida tem no Município do Porto, e olhem que eu estou cá há já alguns anos, o esforço que foi feito por este Executivo, e muito particularmente pelo Senhor Presidente da Câmara, num exercício democrático pleno, porque é um democrata pleno, levar ao cumprimento pleno o estatuto da oposição. Eu sei que o Senhor Presidente da Câmara, no Executivo, tem quase duas dezenas de horas de conversas com os elementos da oposição para explicar as linhas mestras do orçamento, colher parecer e opinião sobre algumas das medidas, sei até, e perdoe-me inconfidências, Senhor Presidente da Câmara, que acolheu já algumas das sugestões que foram feitas pela oposição, e isto caros amigos, não é coisa pouca. Vivo a vida partidária e política a este nível há muitos anos, sei o que é fazer política dentro e fora de um partido, sei o que é fazer política num município grande e numa freguesia mais pequena, sei das pulsões que se podem ter e que é, em certa medida, compreen-



sível que até se tenham, no exercício das competências, quando temos uma maioria e mesmo quando não temos maioria.

Nós sabemos das pulsões e o exercício de democracia plena que este Executivo faz, e está a fazer na elaboração do orçamento, é digno de registo e penso que só por modestia o Senhor Presidente da Câmara não disse mais do que aquilo que desse numa das suas intervenções. Este exercício é, aliás, ainda tão mais importante quando, não estando legalmente obrigado a fazê-lo, podendo até com isso criar constrangimentos ou engulhos à sua atividade enquanto Presidente da Câmara, sei que partilhou com os elementos da oposição o detalhe do investimento feito nas Empresas Municipais, que até hoje era dado por uma cifra. Hoje os Senhores têm acesso a saber que o valor do investimento foi aqui, ali e além.

O Senhor Presidente não precisa de louros, não precisa de panegíricos, mas eu acho que, pelo simbolismo que esta atitude tem, numa Câmara da dimensão da do Porto, com a dimensão dos problemas que tem e com o debate político aceso que o Porto promove, com todo o respeito, não é a mesma coisa fazer um debate político destes no Porto ou fazê-lo numa Câmara pequena, de 25 ou 30 mil habitantes. Este exercício democrático, tiro-lhe o chapéu, Senhor Presidente da Câmara, e aos Senhores Vereadores também, deixa-nos a nós Porto, cidade, câmara, mas cidade acima de tudo, onde, com um passado liberal e um passado de grande liberdade, nos deixa muito à frente do muito que por aí se faz".

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite declarou encerrada a Ordem do Dia e deu início ao período de intervenção do público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MUNICÍPES

1. Cecília Guimarães

A Senhora D. Cecília Guimarães deu conta que: "A minha mãe está lá a habitar no Bairro Pio XII. Eu inscrevi-me na Câmara, porque me disseram que eu podia estar descansada porque tinha direito à casa. Eu sou viúva, fiz obras na casa e gastei o pouco dinheiro que tinha e agora veio o resultado a dizer que não tenho direito a estrar inscrita na Câmara. Tenho receio que me ponham na rua e não sei para onde hei de ir, por-



que não tenho casa. A minha mãe mais tarde vai precisar da minha ajuda, tenho um irmão que é alcoólico e agora não sei o que hei de fazer à minha vida”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite respondeu que: “Não é uma função em que esta Assembleia a possa ajudar diretamente, salvo que alguns dos Senhores Presidentes de Junta ou alguns dos Senhores Deputados aqui presentes esteja a identificar o caso. O que lhe posso sugerir é que nas reuniões públicas do Executivo, isto é, onde está presente o Senhor Vereador da Habitação Social, que é simultaneamente o Presidente da DomusSocial, procure explicar o seu assunto com esse detalhe”.

2. Ricardo Galhardo

O Senhor Ricardo Galhardo disse que: “Venho falar, em representação de moradores, comerciantes e trabalhadores da zona da Ramada Alta, sobre os parcometros na Rua Serpa Pinto, mas antes queria dar um apontamento pessoal.

Venho da freguesia de Cedofeita onde parece existir uma vontade política contra estes cidadãos. A habitação está cada vez mais cara, para comprar ou arrendar, tentativa de encerramento de ATL e Creches – lembrando que o Senhor Presidente da Junta desta União não cumpre o que ficou decidido em Assembleia de Freguesia, recusando inscrições no ATL da Escola Básica da Torrinha e tendo encerrado a Creche da Vitória – e agora os parcometros.

Na Rua de Serpa Pinto foram colocados há cerca de duas semanas, nas ruas e zona da Ramada Alta, Serpa Pinto, Nove de Julho, Brito Capelo, Burgães, Egas Moniz, Bouça, Marracuene, etc., onde residem milhares de pessoas que se veem agora confrontadas com parcometros numa zona essencialmente residencial, em que são centenas as casas ou prédios sem garagens, sendo prejudicados os moradores, mas também os comerciantes e os trabalhadores daquelas zonas.

Não é comparável esta zona com a zona de Santa Catarina, por exemplo, onde o comércio precisa de mobilidade, isso percebemos nós muito bem. Essa ferramenta que devia ser para uma maior mobilidade é hoje um negócio ruinoso para as populações, diria eu, e chorudo para a empresa privada que engorda como uma bola de neve. São milhares os lugares que eles ganham à custa dos moradores, e porque consideramos



que a colocação destes parómetros prejudica gravemente os moradores, comerciantes e trabalhadores e que vai degradar ainda mais as condições das ruas de que falei no início, decidimos vir entregar um abaixo-assinado, com quinhentos assinaturas, contra os parómetros nesta zona da Ramada Alta. E porque achamos injusta a colocação destes parómetros exigimos a sua retirada e recusamos a sua ampliação nestas zonas, daí convocarmos um protesto para o dia 24, às 18h00, na Rua de Serpa Pinto. Pedimos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que faça chegar este abaixo-assinado ao Senhor Presidente da Câmara bem como aos Senhores Deputados.

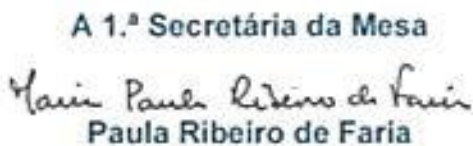
O Senhor Presidente da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, António Fonseca contestou: "Como na sua intervenção este cidadão se referiu à União de Freguesias, no que concerne à resposta ATL eu tenho a dizer ao Senhor cidadão que o ATL está a funcionar e que não tenho nenhuma reclamação. Todos os casos que apareceram durante o período para as inscrições, na secretaria de sistema automático, concretizaram-se, estando agora a aparecer um ou outro, que estão a chegar ao meu conhecimento e estou a despachar. Portanto, está tudo a funcionar.

Não venha dizer que não, o Senhor assim comigo não vai longe. Está a funcionar e não temos razão de queixa. Neste momento temos o ATL a funcionar, a Creche a funcionar e não temos ninguém a protestar porque está tudo satisfeito.

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite submeteu à votação a Minuta da Ata, que foi aprovada, por unanimidade, declarando encerrada a sessão, era 01h00.

O Presidente da Mesa

Miguel Pereira Leite

A 1.ª Secretária da Mesa

Paula Ribeiro de Faria